REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XIII - NÚMERO 69 - BIMESTRAL - 2017
www.ibefrio.org.br

Marcelo Munerato de Almeida, CEO da Aon Brasil

Embaixador Sérgio Moreira Lima: o desarmamento nuclear

Nathalia Quintiliano: a polarização do Golfo na Era Trump

Wagner Arnold Fensterseifer: o panóptico tributário

Luis Ernani Andrade: os benefícios da robotização

Diego Barreto: novo perfil das equipes financeiras

IBEF
Rio de Janeiro

HOTEL
DONATI
O frio zinho de
Itatiaia
muito mais
aconchegante
www.hoteldonati.com.br
Tel: (24) 3352-1509 | Whatsapp: (24) 9 9880-1286

Editorial

Contas Públicas

O governo persegue a tentativa de equilibrar as contas públicas a curto prazo. Algumas medidas mal analisadas se implantadas podem agravar a recessão. A redução da arrecadação vai permanecer por este período de incertezas. Embora a iniciativa privada procure inovar para crescer, a economia continua estagnada. O acordo fiscal do Estado do Rio de Janeiro com a União, incluindo teto de gastos, até agora 17 de julho, está difícil de ser acertado e é fundamental para a sobrevivência do Rio. Tivemos uma prévia da inflação que foi a menor registrada em dez anos. Henrique Meirelles - ministro da Fazenda, confirma que a expansão da nossa economia será inferior à projeção oficial de 0,5% este ano e por último a notícia de que o governo prorrogou o incentivo fiscal à indústria de petróleo, com a ajuda do BNDES, que facilitará garantias para investimentos em infraestrutura.

A **Revista IBEF** no seu número 69, vem recheada de artigos interessantes e matérias que ajudam a repensar e contribuir com a retomada de nossa economia.

Convido todos à leitura!

Agosto 2017

Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão.

CAPA.....2
Marcelo Munerato de Almeida, CEO da Aon Brasil.

OPINIÃO.....6
Rafeek Albertoni: o Mindfulness e seus benefícios organizacionais.

OPINIÃO.....8
Nathalia Quintiliano: a Polarização do Golfo e seus recentes desdobramentos na Era Trump.

OPINIÃO.....12
Luis Ernani Andrade: benefícios da robotização na automação de processos.

OPINIÃO.....13
Diego Barreto: redefinindo o perfil das equipes financeiras.

INTERNACIONAL.....14
American Tourister desembarca no Brasil.

INTERNACIONAL.....16
Brasil-Argentina discutem facilitar comércio para pequenos negócios.

ECONOMIA.....18
Rafael Schur: sem desculpa para ficar parado.

INTERNACIONAL.....20
ICMC anuncia resultado do Prêmio Gutierrez de Teses de Doutorado.

OPINIÃO.....21
Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima: obrigação universal do desarmamento nuclear.

ESTANTE 1.....22
Livro "A caixa preta da Governança", de Sandra Guerra.

ESTANTE 2.....23
Infraestrutura: Eficiência e Ética.

NACIONAL.....24
Os 10 produtos com mais impostos.

DAY TRADE.....25
Coluna de informação.

INTERNACIONAL.....27
BVRio e o Centro Chinês de Comércio (CINFT) anunciam parceria.

OPINIÃO.....28
Wagner Arnold Fensterseifer: O panóptico tributário e a reedição do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária.

CULTURA.....29
Pinheiro Neto Advogados e MASP trazem Toulouse-Lautrec a São Paulo.

NACIONAL.....32
CEOs brasileiros estão mais otimistas, apesar de preocupados com o repasse dos custos da inflação.

JURISPRUDÊNCIA.....34
Decisão nega a dois clientes do falido Banco Santos indenização contra o Bacen e a CVM.

OPINIÃO.....36
José Pio Martins: outro Brasil.

OPINIÃO.....37
Chede Suaiden e Luiz Felipe Miradouro: os efeitos do fim da desoneração da folha de pagamento e as violações da MP 774.

OPINIÃO.....38
Sandra Franco: o exemplo do Judiciário na saúde.

OPINIÃO.....40
Antonio Carlos Aguiar: restauração ou reforma trabalhista?

ECOLOGIA.....42
Quanto vale um parque?

TECNOLOGIA.....44
Televisão: uma viagem através da história.

NACIONAL.....46
BKR - Lopes Machado e Trem do Corcovado apoiam livro "João Saldanha cem anos, sem medo".

NACIONAL.....48
Reposicionamento para o mercado de reparos é uma das alternativas da indústria naval.

Marcelo Munerato de Almeida, CEO da Aon Brasil

Marcelo Munerato de Almeida responde pelas áreas de Riscos e Seguros Corporativos, Saúde e Benefícios, Consultoria em Previdência Privada e Capital Humano. Atua no grupo Aon desde 1990, iniciou sua carreira como "trainee" na Alexander & Alexander, passou pelos cargos de Gerente de Contas, Diretor de Filial e Diretor Comercial. Em 2004, assumiu o cargo de Vice-Presidente da Aon Consulting Brasil. Com a aquisição da Hewitt Associates em 2010, além da Vice-Presidência de Benefícios e Capital Humano no Brasil, assumiu também o cargo de Líder da Aon Hewitt para América Latina. Em janeiro de 2013, foi nomeado para o cargo atual.

O executivo possui formação específica em Seguros, Resseguros e Riscos Industriais, Seguros de Pessoas, Gestão de Saúde e Benefícios, por meio de cursos realizados no Brasil e no IIA (Insurance Institute of América). Ele é graduado em administração de empresas com especialização em finanças e MBA Internacional pela FIA/USP com extensão nas Universidades de Cambridge (Inglaterra), Lyon (França) e Lingnan (Guanzou, China).

SOBRE A AON NO MUNDO

A Aon é uma empresa global líder de serviços profissionais, que oferece ampla gama de soluções em riscos, benefícios e saúde. Nossos 50 mil colegas em 120 países potencializam resultados para clientes utilizando dados e análises proprietários para fornecer perspectivas inovadoras, que reduzam volatilidade e melhorem desempenho.

SOBRE A AON BRASIL

No Brasil a Aon atua em diversas vertentes como: consultoria em gestão de riscos, benefícios e capital humano, corretora de seguros, seguros massificados e resseguros. Contamos com mais de 2 mil funcionários distribuídos em 9 escritórios nas principais cidades do país. Nomeada 10 vezes como uma das "150 Melhores Empresas para Trabalhar", a missão da Aon é potencializar possibilidades econômicas e humanas para colegas, clientes e comunidades em todo o mundo.

Revista IBEF- Como se encontra a maturidade da indústria de seguros atualmente?

No Brasil, descontada a inflação de 6,29%, em 2016, o crescimento do setor foi pouco inferior a 3%. Incluindo saúde suplementar, o mercado de seguros tem uma participação de 6% do PIB. Ainda baixa quando comparada a países como Inglaterra, 12% do PIB; França, 9,1% do PIB; Estados Unidos, 7,3% do PIB ou Japão, 10,8% do PIB.

Os maiores mercados mundiais são a Europa e os Estados Unidos. O Brasil ocupa o posto de 14° maior mercado segurador do mundo e, entre os países emergentes, é superado pela China, 3º lugar, e pela Índia, 12º.

O cenário de maiores incertezas tirou as empresas da zona de conforto. De acordo com a Pesquisa de Gerenciamento de Riscos da Aon, hoje, com pequenas variações, os riscos que tiram o sono dos executivos são os mesmos globalmente, nos EUA, Europa ou Brasil, e estão cada vez mais sofisticados. Em um indicador realizado, recentemente, pelo Lloyd´s a cidade de São Paulo se encontra na 13ª posição das 20 cidades globais mais expostas a riscos.

Revista IBEF- A que fatores se deve a tão baixa penetração dos seguros no consumo no Brasil e de qual forma o setor vem trabalhando para reverter este cenário e aproveitar esta oportunidade?

O corretor de seguros é o principal canal de distribuição de seguros no Brasil. Além deles, há mais dois canais: venda diretas e os sistemas de agências bancárias ou pontos de vendas. No mundo há mais um canal, o agente de seguros, mas no Brasil não existe esta figura jurídica.

Outro canal de distribuição é o varejo. Estima-se que no Brasil haja 2,4 milhões de pontos de vendas aptos a comercializarem seguros, porém hoje as vendas se concentram muito nas redes varejistas. Neste canal, o foco são os chamados affinities, como garantia estendida e seguro prestamista. Além disso, cerca de 50 milhões de pessoas que não possuem conta em banco no país, são potenciais consumidores de seguros neste canal.

Vale lembrar que o seguro nada mais é do que um mecanismo de transferência de risco na maioria das vezes. E por mais que o mercado tenha se desenvolvido, melhorado sua comunicação com o consumidor, os dados mostram que apenas 20% da população brasileira possui algum tipo de seguro e a concentração se dá nas classes A e B, 55% do total. Isto nos mostra claramente a necessidade de atuar na educação e conscientização do tema, promovendo a evolução da percepção de riscos e benefícios da população brasileira através de novos diálogos sobre os temas.

Nós na Aon vemos estes dados como uma grande oportunidade para a indústria de seguros, porque ela inclusive possui uma pluralidade de linhas de negócios e produtos. Ainda existe uma série de avenidas de crescimento que podemos percorrer. Posso pontuar diversos fatores para que este crescimento aconteça de forma mais acelerada e para que tenhamos mais maturidade no mercado. Mas existe um principal que é a cultura de consumo de produtos de seguro.

O consumo per capita de seguros no Brasil é de R$ 1.124, o que o coloca em 44º lugar no ranking mundial neste quesito. Na Europa, por exemplo, é de US$ 4,5 mil ou cerca de R$ 13,5 mil, e nos Estados Unidos, US$ 3,8 mil, cerca de R$ 11,4 mil.

E de uma população de cerca de 205 milhões de habitantes, apenas 17 milhões de brasileiros têm planos de previdência complementar, incluindo individuais e empresariais. No segmento de saúde, são 48 milhões de beneficiários em planos de saúde e 22 milhões em planos odontológicos.

Outro indicador, é que de acordo com a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNseg), atualmente circulam cerca de 60 milhões de veículos no país, mas apenas 17,5 milhões estão segurados, cerca de 30% da frota; e apenas 13,3% dos 68 milhões de domicílios existentes no Brasil estão segurados ou cerca de 50 milhões de residências não têm seguro contra roubo ou incêndio e há 3 milhões de empresas sem seguro empresarial.

Revista IBEF- Como você vê os desafios e oportunidades para o setor neste ano?

Pelo fato de termos uma operação multilinha e multiregião, conseguimos abordar todos os segmentos da indústria e economia brasileira. Portanto, enquanto alguns produtos possam estar sofrendo mais com a crise, outros surgem como oportunidades. Nossa estratégia tem sido a de buscar produtos inovadores ou produtos que possam ajudar nossos clientes a melhor atravessar a crise e saírem mais fortalecidos.

Em que pese à dificuldade que temos por conta da redução da atividade econômica, temos um viés forte de empreendedorismo na empresa e estamos sempre buscando novas oportunidades que venham de encontro ao interesse de nossos clientes.

Revista IBEF - Em janeiro deste ano vocês fizeram uma das mais importantes aquisições na história da Aon. Com a aquisição da Admix, a Aon passa a ser líder de mercado de saúde e benefícios. O que isto traz de benefícios para o mercado de seguros e também para os consumidores (empresas)?

Sim, foi a 3ª maior aquisição realizada pela Aon em sua história. A aquisição da Admix apoiou nossas estratégias de agregar valor para clientes locais, regionais e globais e fortaleceu nossa posição como líder absoluto do mercado.

A união também potencializou nossa capacidade de atender melhor os grandes clientes corporativos, ao mesmo tempo em que intensificou o nosso crescimento no mercado de pequenas e médias empresas, com o Programa Corretor Parceiro. Nossa estratégia de vendas continua tendo foco nos três segmentos de empresas: pequenas, médias e grandes, sendo que teremos a oportunidade de ampliar a distribuição geográfica com suporte das filiais regionais da Aon e uso da plataforma tecnológica extremamente robusta da Admix.

No mercado de benefícios o número de vidas é muito pulverizado, ou seja, seguradoras e corretoras de seguro dificilmente falam em *market share*, mas com a união das operações, passamos a ser líder absoluto do mercado de corretagem e consultoria em seguros e benefícios, colocando aproximadamente R$ 7 bi em prêmio no mercado segurador, em todos os ramos, e administrando cerca de 2,7 milhões de vidas.

Revista IBEF- A Aon já passou por outros processos de fusão e aquisição anteriormente?

Para a Aon, o processo de fusão e aquisição faz parte da nossa estratégia de crescimento e inovação. Temos vasta experiência nesta área globalmente, na América Latina e no Brasil. Aliás, o nome Aon, em gaélico, significa união/unidade.

Nossa organização tem crescido exponencialmente, desde sua primeira aquisição em 1982, com aquisição da corretora Rollins Burdick Hunter.

Em 1987, com a aquisição da Alexander McFarlane, a Aon chega ao Brasil. Para impulsionar o negócio, em 2000 a Aon amplia de forma significativa sua atuação em Capital Humano e Consultoria com a aquisição da Acturial Sciences Associates da Angra Seguros no Brasil. No negócio de saúde e benefícios, uma das maiores aquisições da Aon, que teve impacto em todo o mundo, foi à aquisição da Hewitt Associates, em 2010.

Revista IBEF- A Aon visa investir no mercado PME?

Com certeza. A aquisição da Admix possibilitou à Aon trabalhar com micro, pequenas e médias empresas e a expectativa é conquistar mais um milhão de usuários em um prazo de cinco anos. Além disso, a plataforma tecnológica da Admix permite ao usuário fazer em tempo real desde cotações e renovações de seguro até impressão de extratos de consultas médicas. A ideia é replicar esta plataforma em outros países de atuação da Aon.

Como mencionado anteriormente, atualmente temos o Programa Corretor Parceiro, que possui mais de mil corretores ofertando o leque de produtos oferecidos pela Aon. Este é um modelo inovador, que eu acredito ter grande oportunidade de crescimento e prosperidade para todos os elos desta cadeia.

O Programa funciona baseado no compartilhamento de experiências, utilizando a expertise da Aon na comercialização e gestão de benefícios corporativos para proporcionar ao Corretor Parceiro todos os meios de conquistar novas vendas e fortalecer a relação com seus clientes.

Revista IBEF - Mudando um pouco de assunto, vamos agora falar sobre a parceria com o Manchester United, que trouxe enormes frutos para a Aon. Conte-nos mais a respeito.

Com certeza. Com uma base de fãs global de mais de 659 milhões de seguidores, 136 anos de história, 62 grandes troféus, o Manchester United é uma das mais bem-sucedidas equipes, em um dos esportes mais populares do mundo.

A história entre Aon e o MU começou em 2010, quando patrocinamos a camisa de jogo do time. Em 2013 a parceria foi renovada e hoje somos a principal parceira do time e de seu emblemático centro de treinamento em Carrington, o "Aon Training Complex", que fornece ao clube os melhores serviços de assessoria e soluções do segmento focados em retenção de talentos, desenvolvimento, saúde e bem-estar.

São seis os pilares da Aon que o MU utiliza como estratégia para melhorar ainda mais o desempenho de seus jogadores em campo: Risco, Talento, Saúde, Aposentadoria, Dados & Análise e Capital.

Integrados ao conhecimento da Aon em treinamento e gerenciamento de talentos, os jogadores e a equipe técnica do MU usam uniformes e conjuntos de treino com a marca da Aon em todos os jogos no Reino Unido, excursões de pré-temporada, partidas amistosas e coletivas de imprensa. Além disso, nós apoiamos a Fundação Manchester United, por meio

de seu engajamento numa missão conjunta para auxiliar as comunidades em risco ao redor do mundo.

Revista IBEF - A Aon foi eleita pela 10ª vez uma das 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar pelo Guia Você S/A. Como vocês enxergam este reconhecimento? De qual forma a parceria com o Manchester influencia neste reconhecimento?

Somos uma empresa com a cultura alicerçada em três pilares: pessoas, clientes e comunidades.

Quando nós olhamos para o nosso principal parceiro, o Manchester United, nós aprendemos que vencer partidas, campeonatos e ser considerado um grande time de classe mundial não vem com a sorte. E sim com muito preparo, treinamento, dedicação, energia e entusiasmo.

É exatamente isso que acontece com a Aon Brasil, todos os dias o nosso time de craques é convidado a entrar em campo para fazer o melhor pelos nossos clientes, para entregar os melhores serviços e desenvolver as melhores e mais inovadoras soluções, que realmente agreguem valor aos que confiam na Aon.

Revista IBEF - A Aon tem como missão viabilizar possibilidades econômicas e humanas para Colegas, Clientes e Comunidades em todo o mundo. Conte-nos a respeito.

Com certeza. A Aon se preocupa com o futuro e como uma empresa ciente das nossas responsabilidades, nós temos o compromisso de compartilhar com a sociedade nossos valores de liderança, trabalho em equipe e a paixão pela excelência por meio de programas e parcerias.

Sabemos que o crescimento é vital para o nosso sucesso. Por isso, com o objetivo de celebrar e impulsionar o crescimento profissional dos nossos 50 mil colaboradores ao redor do mundo, o crescimento orgânico da nossa empresa e o crescimento econômico das comunidades que apoiamos continuamente, a Aon realiza, anualmente - em todo o mundo - três importantes eventos conhecidos como Empower Results Days. São eles:

• Empower Results Day for Colleagues
"Potencializando Resultados para nossos Colegas"

Um dia em que nossos colaboradores dedicam um tempo para investir em seu próprio crescimento por meio de programas de treinamentos. Acreditamos que fazer a diferença só é possível por meio de uma boa liderança, com diversidade e através da contribuição dos nossos colegas.

• Empower Results Day for Communities
"Potencializando Resultados para nossas Comunidades"

Um dia dedicado ao voluntariado, onde, com o objetivo de capacitar pessoas e fortalecer comunidades em risco, o Instituto Aon organiza ações de solidariedade - doação de sangue, arrecadação de alimentos e visitas a instituições carentes, entre outras atividades.

• Empower Results Day for Clients
"Potencializando Resultados para nossos Clientes"

Um dia simbólico onde dedicamos nossa energia para trocar experiências, buscar melhorias e inovação em nossos serviços.

Revista IBEF - Para finalizar, nos fale mais a respeito do Instituto Aon e seus Programas.

A Aon, verdadeiramente comprometida em fortalecer comunidades, compartilha seus recursos humanos, intelectuais e financeiros. Inspirada na Fundação MU, a companhia criou em 2013, no Brasil, o Instituto Aon, que tem como objetivo promover o desenvolvimento humano e social por meio da educação.

O Instituto apoia 19 instituições espalhadas em todo o país, impactando a vida de mais de 2.500 pessoas. Com o objetivo de promover a integração social e a entrada de jovens no mercado de trabalho, instituiu, em 2014, o Programa Jovem Seguro, que forma todos os anos dezenas de jovens de alta vulnerabilidade para o mercado de trabalho, despertando o espírito empreendedor e posturas comportamentais compatíveis com o mercado corporativo. O curso preparatório é realizado fora do turno escolar, com duração de 300 horas e aborda temas gerais de matemática e português, além de um módulo de formação básica na área de seguros.

O Programa Jovem Seguro é, ainda, estendido aos familiares dos jovens que participam ativamente das ações, como Programas de Geração de Rendas, Oficinas de Convivência – com o objetivo de fortalecer o vínculo familiar -, além de realizar um acompanhamento social que contribui significativamente na melhoria da qualidade de vida dos atendidos.

Para arrecadar recursos ao Programa, o Instituto Aon promove todos os anos um jantar beneficente, que conta com o apoio de algumas empresas seguradoras e a participação de clientes, parceiros, colaboradores da Aon e suas famílias.

O Mindfulness e seus benefícios organizacionais

*Rafeek Albertoni**

Há cerca de 30 anos o Mindfulness começou a "dar as caras" nos Estados Unidos. Inicialmente era um programa muito conhecido de redução do stress (MBSR) criado pelo psicólogo Jon Kabat-Zinn, responsável pelo UMass Memorial Medical Center. A partir daí foi estendendo suas raízes e já está presente em quase todas as áreas da sociedade, incluindo as organizações empresariais.

Mindfulness é a prática contínua da atenção, dirigida a centrar nossa mente na experiência que está acontecendo no momento presente. Ou seja, é colocar toda nossa atenção no que esta acontecendo aqui e agora. Parece simples, não é verdade? No entanto, está comprovado e contrastado cientificamente que algo aparentemente tão irrelevante tem implicações enormes no bem-estar e no desenvolvimento dos recursos internos das pessoas.

Para o ser humano, a prática do Mindfulness provoca um processo de autoconhecimento de suas capacidades internas, gerando uma transformação no modelo de relação dela com ela mesma, depois dela com o entorno mais próximo e, finalmente, dela com toda a empresa, fortalecendo sua cumplicidade e compromisso, o que reflete diretamente nos resultados.

MINDFULNESS IN COMPANY

Muita água já rolou debaixo da ponte nesses 30 anos desde o surgimento do Mindfulness e, hoje em dia, a maioria das grandes empresas norte-americanas, como a NASA, Google, Apple, Nike, Starbucks entre outras, já lançaram iniciativas Mindfulness em suas organizações. Aqui na Europa, onde resido a 20 anos, cada dia mais as empresas estão introduzindo a prática em suas equipes de trabalho. Por isso as escolas de negócios já estão incluindo o Mindfulness como parte fundamental dos programas de desenvolvimento de gestão.

Para se ter uma ideia da acolhida do Mindfulness nas grandes corporações, o Google criou u programa, dirigido por Chade-Meng Tan, chamado "Search Inside Yourself" que pode ser traduzido como "Buscando no seu interior", que tem ajudado milhares de funcionários a respirar conscientemente, escutar ativamente e potenciar sua inteligência emocional. A empresa ainda oferece cursos de atenção plena, sabendo que pode melhorar a saúde mental dos seus funcionários e o equilíbrio geral dentro da empresa.

Embora sejam amplamente comprovados os benefícios da atenção plena nas organizações e instituições, ainda há equívocos sobre o Mindfulness que prejudicam a sua introdução. Equívocos tais como a ideia de que a meditação abranda ou relaxa demais o executivo ou que os funcionários deixarão de concentrar-se bem nas suas tarefas. Mas é justamente o oposto!

Com atenção plena você ganha claridade mental para a tomada correta de decisões, aumenta a satisfação, a produtividade pessoal e a capacidade de trabalhar sobre pressão. É uma ferramenta excelente para criar um terreno abonado que favorece a criatividade e a inovação.

Outra área onde o impacto é percebido é na comunicação: com o mindfulness aprendemos a ouvir melhor a nós mesmos e as outras pessoas, o que repercute diretamente na melhora do ambiente laboral.

Além disso, podemos citar grandes efeitos benéficos que influi no resultado das empresas, como:

- Fortalecimento da capacidade de trabalhar sob pressão;
- Mais clareza mental e foco para a tomada de decisão adequada;
- Melhora na capacidade de gerenciar o estresse e regular as emoções;
- Treino para lidar com as incertezas e a gestão da mudança;
- Desenvolvimento do sentimento de amabilidade e conexão consigo mesmo e com seus colegas.

A prática nada mais é do que uma parada diária para sentar e observar a respiração com toda a atenção. Quem já provou afirma que é como "resetar" o nosso computador interno e reiniciar com mais resolução. Não custa tentar.

** Consultor, empresário, palestrante motivacional e de habilidades empresarias há mais de 10 anos, já tendo inspirado milhares de pessoas no Brasil, América do Sul e na Espanha, onde vive há 20 anos.*

Efetue suas remessas internacionais 100% on-line e compre moeda estrangeira com praticidade e segurança.

Envie e receba dinheiro de qualquer lugar do mundo pelo Bradesco Internet Banking. Compre dólar, euro e outras moedas em mais de 500 Agências disponíveis.

Acesse cambio.bradesco e saiba mais.

Leo Burnett Tailor Made

Bradesco
Pra frente.

banco.bradesco@bradesco.com.br
facebook.com/Bradesco
Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933

A Polarização do Golfo e seus recentes desdobramentos na Era Trump

*Nathalia Quintiliano**

A recente crise política no Golfo deixou o Catar, um dos menores e mais ricos países do mundo, em clima de instabilidade econômica, política e social. Sob a acusação de incitar o extremismo e o terrorismo ao apoiar particulares grupos islamitas, e também de estreitar os laços com a Republica Islâmica do Irã, os governos do Reino da Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Republica Árabe do Egito cortaram relações diplomáticas com o país no dia 05 de Junho de 2017. A decisão aconteceu dias depois da vista do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, à Arábia Saudita.

A escolha de Riad como a primeira visita oficial da nova administração de Washington mostrou a aproximação entre os dois países, e garantiu o apoio necessário para a tentativa de consolidar a liderança da Arabia Saudita entre os países do Golfo. Alem disso, a escolha reafirmou o posicionamento estadunidense em relação ao Irã, grande rival saudita na região.

Após o vazamento de uma publicação na mídia nacional catari reafirmando os laços do Emir Tamim bin Hamad al-Thani com o Irã, defendendo seu apoio a grupos islamitas como o Hamas, na Faixa de Gaza, a Irmandade Muçulmana no Egito, e a Jabhat Fateh AL Sham, filial da Al Qaeda na Síria, a tensão entre o Catar, e os outros membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) escalou. Apesar da declaração do Emir AL-Thani de que a publicação foi resultado da ação de hackers, e que portanto seriam falsas, embaixadores de três países do Golfo (Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Arábia Saudita), e também do Egito, foram rapidamente retirados da capital, Doha, e as ligações diplomáticas, terrestres, marítimas e aéreas com o país foram cortadas. As declarações continuam sendo veiculadas em uma espécie de guerra midiática entre os países da região. Os cidadãos do Catar que estavam residentes, a turismo, ou negócios, receberam um prazo de duas semanas para retornar ao seu país de origem. As representações das companhias aéreas e marítimas do Catar foram fechadas, e no momento estudam alternativas para as suas rotas internacionais, ja que não podem sobrevoar o espaço aéreo ou frequentar os portos desses países. Enquanto isso, companhias como Emirates e Etihad de Dubai e Abu Dhabi, respectivamente, já interromperam as suas rotas para o Catar desde o dia 07 de Junho. Na Arábia Saudita, Bahrein e Emirados Árabes, por exemplo, já é legalmente proibido declarar qualquer tipo de solidariedade aos vizinhos cataris, e a punição pode chegar a 15 anos de prisão. Os sinais da emissora de TV Al Jazeera também foram interrompidos.

Abruptamente, o Catar se encontrou isolado e sem uma perspectiva concreta no complexo jogo geopolítico da região. Ira e Turquia pediram dialogo para resolver a crise, e declararam seu apoio ao país prometendo fornecer alimentos. A Turquia decidiu enviar soldados para a sua base militar no Catar, mostrando apoio à Doha, porém sem enfrentar os sauditas. E, apesar do apoio entusiasmado de Trump à Riad, uma ruptura diplomática no Golfo dificilmente atenderia aos interesses de Washington na sua coalizão contra o terrorismo transnacional. O Catar abriga uma base da Força Aérea estadunidense, a Al Udeid, usada principalmente nas batalhas contra o

Estado Islâmico, e conta com mais de 10 000 militares no pais. Segundo o Secretario de Estados EUA, Rex Tillerson, a questão é unicamente diplomática, e o Pentágono não espera nenhuma mudança nas suas operações.

A disputa pela liderança do Golfo é uma constante entre os países membros do CCG e o Irã desde a sua criação, em 1981, após o advento da Republica Islâmica no Irã em 1979. O Estreito de Ormuz, que liga o Golfo Pérsico ao Golfo de Omã é o mais importante do mundo para o comércio de óleo e gás. Estima-se que 35% do comércio marítimo de petróleo mundial passe por ali, sendo em media 17 milhões de barris de petróleo diariamente. Ao Norte do Estreito encontra-se o Irã, gigante xiita, e ao sul o rival saudita, o Sultanato de Omã e os Emirados Árabes Unidos. As enormes reservas petrolíferas dão importância estratégica ao Golfo Pérsico, e deixam a região em uma constante corrida pela liderança, geralmente pleiteada pela Arábia Saudita e disputada pelo Irã. No meio desta crescente polarização, pequenos (porem prósperos e influentes) países como Catar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e mais o Sultanato de Omã, parecem buscar através de políticas discretas ou mais abertas (como é o caso do Catar) o meio de lidar com esta rivalidade de forma que a estabilidade econômica não seja afetada, e a identidade própria não seja nulificada.

Em via de regra, existe certo nível de coesão na política externa dos países participantes do CCG. O Bahrein, por exemplo, é um pais insular na linha de frente da guerra por procuração entre Arabia Saudita e Ira. Com uma população majoritariamente xiita, mas com uma liderança sunita, o pais é fortemente dependente de Riad para sua segurança interna, o que geralmente garante um alinhamento instantâneo do Bahrein à agenda política saudita.

Já os Emirados Árabes Unidos, mais independentes economicamente, muitas vezes optam por uma neutralidade comercial entre Riad e Teerã, visto que durante as sanções impostas contra o Irã, Dubai era o centro financeiro e o porto que movimentava as cargas destinadas a Teerã. No entanto, clivagens internas no passado fizeram com que as monarquias de Dubai e Abu Dabi criassem uma política restrita e de tolerância zero contra grupos islamitas. Durante a Primavera Árabe, em 2011, o braço da Irmandade Muçulmana, o Al-Islah, ganhou certa influência nos emirados mais pobres da Confederação. Dubai e Abu Dabi, as monarquias mais prósperas, decidiram extinguir as aspirações deste e outros grupos islamitas de forma bastante radical, alinhando-se politicamente com a Arábia Saudita.

Esta medida entra diretamente em choque com a política catari, que vem mostrando abertamente seu apoio á Irmandade Muçulmana ao longo dos anos, oferecendo asilo para seus membros e também ao próprio Presidente Morsi, do Egito, logo após o Golpe Militar de 2013 que colocou o atual Presidente Abdul Fatah Khalil Al-Sisi no poder.

Entre os países membros da CCG, o Catar, país com apenas 2,4 milhões de habitantes sendo 90% destes expatriados, e aproximadamente 11 milhões de km², é o que mantém a sua política externa mais distinta de seus vizinhos. Além dos laços com o Irã, o apoio aberto á Irmandade Muçulmana no Egito, e a certos grupos islamitas de oposição na Síria e Líbia fez com que a Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Bahrein retirassem seus embaixadores do país já em 2014. Após negociações, a questão foi resolvida de forma diplomática, mas naquele momento ficava claro que o Catar precisaria se alinhar ao restante do Conselho para que houvesse mais coesão estratégica. Entretanto, o fluxo financeiro constante proveniente do Catar para esses grupos islamitas chocou-se com as políticas de combate ao terror americanas, tornando o pais uma possível ameaça ao Conselho do Golfo, alinhado à agenda estadunidense.

O IMPACTO ECONÔMICO

Os países do Golfo estão entre os mais ricos do planeta. O Catar teve o maior PIB per-capita de 2016. Diferentemente de seus países vizinhos, não é o petróleo, mas sim a exploração de Gás Natural Liquefeito (GNL) o carro-chefe que garante a forte economia do país. O Catar é o maior exportador de

Gás Natural Liquefeito do mundo, responsável por um terço do comércio global. A aproximação natural entre Irã e Catar se deve ao compartilhamento da South Pars / North Dome Field, o maior campo de gás natural do mundo. Cobrindo uma area de 9 700 km2 dos quais 6 000 km2 (North Dome) pertencem ao Catar, e 3 700 km2 (South Pars) pertencem ao Irã, o campo produz mais de 60 milhões de pés cúbicos de gás natural diariamente. Em abril deste ano, o Catar declarou suas intenções de reiniciar o desenvolvimento da área sul do North Dome, ao levantar uma moratória auto-imposta há 12 anos. Segundo o CEO da Qatar Petroleum "um estudo confirmou o potencial para o desenvolvimento de um novo projeto com uma capacidade de 2 bilhões de pés cúbicos/dia." A decisão certamente ajudará o Catar a manter sua vantagem competitiva em 2020, quando se especula uma diminuição da demanda global.

O comércio de GNL entre os países do Golfo é relativamente baixo: A via de abastecimento de gás que sai do Catar para os Emirados Árabes, e que também abastece Oma, chamada Dolphin, consome 1.8 bilhões de pés cúbicos diariamente, e a capacidade do gasoduto é de 33 bilhões de m^3/ano. Todavia, os maiores compradores do GNL catari são da Ásia. A japonesa JERA Co., maior compradora de gás natural da atualidade, foi informada pela Qatargas de que não haverá qualquer mudança no abastecimento providenciado pelo Catar aos seus compradores. No entanto, a JERA Co. declarou no dia 12 de junho que "a crise se trata de uma questão geopolítica do Oriente Médio, existindo a possibilidade de afetar o setor de Energia, e que portanto estariam atentos à movimentação do mercado."

As operações logísticas, por sua vez, serão bastante afetadas. Seis navios-tanque ancorados nos Emirados Árabes deverão ser removidos. Navios oriundos ou destinados ao Catar não poderão utilizar portos estratégicos da região, como Fujairah, por exemplo, um porto chave nos EAU para abastecimento de tanques. A maior companhia marítima de contêineres – a Maersk Lines – foi oficialmente informada do novo regulamento, e publicou esta semana que está a procura de rotas alternativas para manter o comércio na região. As linhas aéreas enfrentam problemas similares: a rota da Qatar Airways, por exemplo, foi drasticamente reduzida, e companhias aéreas como Etihad e Emirates ja encerraram sua rota para o Catar. Alem disso, o pais conta com apenas uma fronteira terrestre, sendo esta com a Arábia Saudita, que no momento encontra-se fechada. Por ser altamente dependente da importação de alimentos, o bloqueio dos países vizinhos vem assustando a população sobre uma possível crise alimentar. Segundo o jornal catari Al Jazeera, muitos cidadãos já começaram a estocar alimentos e itens básicos.

Uma medida de retaliação por parte do Catar também seria uma possibilidade, apesar de bastante remota, segundo alguns analistas. Apesar de não manter contratos diretos com o país, o Egito conta com o gás natural catari para abastecimento interno. Como a negociação é feita via tradings suíças que não utilizam frotas do Catar, o bloqueio imposto pelo CCG não afetaria o estoque egípcio. No entanto, o Catar legalmente pode emitir restrições de destino e usuário final, afetando assim a economia egípcia.
Analistas afirmam que direcionar as relações dos Estados Unidos apenas para a Arábia Saudita, ignorando o importante papel que o Irã desempenha na região, pode ter sido um grande erro estratégico de Washington: se o que o Ocidente espera é um Oriente Médio mais estável, não será possível fazê-lo em termos unicamente sauditas, sem a inclusão de players fundamentais para a região.

O mercado parece aguardar o desenvolvimento da crise diplomática enquanto se prepara para qualquer desfecho possível. No entanto, até o momento, parece bastante improvável que o mercado de GNL entre em crise, mesmo com as incertezas políticas. A decisão da CCG, entretanto, parece um caminho sem volta para todos os envolvidos. Resta saber se o Catar ira ceder à pressão de seus vizinhos, ou eventualmente sair do bloco e manter a sua independência, criando um novo contexto no complexo tabuleiro geopolítico da região.

** Oficial das Nações Unidas e atualmente trabalha para o mecanismo de monitoramento do embargo de armas e munições imposto aos grupos de oposição no Iêmen. Atua como ponto focal da UNOPS Djibouti na Força-tarefa para a Prevenção de Abuso e Assédio Sexual no país.*

mcgarrybowen

di·nâ·mi·ca
(substantivo feminino)

1 Do grego ***DYNAMIKÓS***. Movimento que reúne todas as forças ou potencial interno, causadoras do incentivo, estímulo, ou evolução de alguma coisa, pessoa, empresa ou sociedade.
2 O que leva sua empresa a transformar riscos em vantagens competitivas, reavaliando sua visão para crescer ainda mais. Essencial para gerar valor e obter diferenciação em estratégia e performance e, ao mesmo tempo, se adaptar com agilidade a novas realidades.

Termos relacionados:
Navegar por riscos e complexidade regulatória, otimizar deals, crescer e criar vantagem competitiva.

pwc

O mundo pede novas leituras.
www.pwc.com.br/imperativos-negocios

Baixe gratuitamente o aplicativo PwC BR na App Store.

PwC Brasil
@PwCBrasil
@pwcbrasil
PwC Brasil
PwCBrasil
PwC Brasil

© 2017 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Proibida a distribuição sem a prévia autorização da PwC. O termo "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. de firmas membro da PricewaterhouseCoopers, ou conforme o contexto determina, a cada uma das firmas membro participantes da rede da PwC. Cada firma membro da rede constitui uma pessoa jurídica separada e independente. Para mais detalhes acerca do network PwC, acesse: www.pwc.com/structure

Benefícios da robotização na automação de processos

*Luis Ernani Andrade**

Tradicionalmente, as empresas investem em Automação de Processos visando sobretudo a redução de custos administrativos. Um dos desafios enfrentados pelos gestores é a dificuldade de justificar investimentos em sua estrutura e a priorização das automações em ERPs junto a TI, o que faz com que seja necessário conviver com uma série de processos manuais, que frequentemente envolvem vários sistemas legados "herdados" e as famosas planilhas para controles paralelos. Além da redução da produtividade, esta situação aumenta o risco da ocorrência de erros e fragiliza os controles que deveriam minimizar possíveis fraudes.

Neste cenário, a RPA pode ser uma excelente alternativa para reduzir custos, minimizar erros e tornar os controles mais robustos. Tudo isso com baixo investimento e menor complexidade de implantação, se comparado às ferramentas tradicionais de automação.

Mas afinal, o que é RPA?

A Automação de Processos ou Robotic Process Automation (RPA) funciona como um "Assistente Virtual" que imita atividades realizadas por um humano, automatizando tarefas manuais e repetitivas, capaz de acessar outros sistemas e de tomar decisões baseadas em regras pré-definidas. Para isso, utiliza-se um software que processa um script para automatizar tarefas de diversos tipos.

O robô pode executar diversas atividades que um humano faz, como acessar sites e sistemas corporativos, enviar e abrir e-mails e anexos, tomar decisões seguindo regras estruturadas, extrair e preparar dados para relatórios gerenciais, e muitas outras.

A partir disso, o RPA pode automatizar diversas atividades de processos como cadastro de fornecedores e de materiais, extração de dados e geração de dashboards, follow-up do agendamento de férias dos colaboradores, lançamento de Notas Fiscais, conciliação de pagamentos, auditoria em processos, além de muitas outras atividades.

Com isso, o Assistente Virtual assume uma boa parte das atividades manuais e improdutivas, podendo inclusive trabalhar fora do horário do expediente (24x7), liberando tempo do colaborador para focar em atividades com mais valor.

Os benefícios do RPA na redução de headcount dependem do volume e esforço empregado nas atividades suprimidas, sendo mais relevantes em operação de maior escala.

Conclusão

Com a otimização dos processos via RPA, as equipes podem se dedicar as atividades mais sensíveis, contribuindo de forma significativa na identificação de oportunidades de redução de custos e na revisão dos processos e políticas para garantir a captura dos benefícios identificados.

Entretanto, a utilização de RPA nas empresas requer alguns cuidados. Nem todas as atividades manuais da empresa devem ser substituídas por robôs. Deve ser feito um diagnóstico que avalie os riscos envolvidos nestas atividades e a necessidade de atualização dos robôs. Em algumas situações, ajustes nos sistemas de gestão ou até contratação de novas plataformas de propósito específicos são soluções mais adequadas em comparação ao RPA, que podem ser usadas de forma transitória, até que outras soluções mais robustas, como as descritas acima, sejam implantadas.

Por fim, além do diagnóstico é fundamental que seja definido um modelo de governança que regule a utilização de RPA nas empresas. Sair implantando robôs sem pensar na forma de controle dos mesmos é um risco muito grande para as empresas.

A TOTVS Consulting já realizou mais de 20 projetos de Implantação de RPA e entende que essa aplicação gera resultados em qualquer área, porte e segmento de empresa.

Quer saber como? Entre em contato conosco.

TOTVS Consulting - www.totvs.com/consulting (11) 2099-7676

** Diretor TOTVS Consulting.*

Redefinindo o perfil das equipes financeiras

*Diego Barreto**

Nas últimas décadas a economia brasileira incorporou dois fatores que tornaram a geração de valor pelos CFOs difícil: globalização e concentração do sistema financeiro.

A globalização tornou o ambiente mais competitivo e a concentração do sistema financeiro reduziu a competição entre os bancos, comoditizando produtos e serviços financeiros. Assim, a questão a ser respondida é: como um CFO gera valor atualmente?

A resposta é simples, mas no fundo é muito mal executada: montando equipes de alta performance. A simplicidade da resposta é clara, o problema da execução está no fato de que CFOs continuam montando equipes técnicas e burocratas, em grande medida passando a maior parte do tempo montando relatórios e fazendo análises simplistas.

Pesquisa conduzida pelo IMD – International Institute of Management Development revelou que a efetividade da liderança em ambientes de disrupção tem características parecidas com ambientes tradicionais, mas também apresenta notáveis diferenças.

A renomada escola de negócios suíça identificou competências chave de líderes de ambientes onde a disrupção é uma necessidade para se gerar valor.

Quatro características distinguem os líderes da nova economia dos líderes da economia tradicional:

1. Humildade: Eles são capazes de aceitar feedback e reconhecer que outros sabem mais do que eles.
2. Adaptabilidade: Eles aceitam que mudança é constante e que ideias baseadas em novas informações é uma força ao invés de uma fraqueza.
3. Visão: Eles tem uma clara visão de longo prazo, mesmo quando deparados com a incerteza do curto prazo.
4. Engajamento: Eles tem a disposição de ouvir, interagir e comunicar com agentes internos e externos combinando um forte senso de interesse e curiosidade pelas novas tendências.

Em adição, existem três comportamentos que reforçam o sucesso deste líderes.

1. Hiper-consciência: Eles estão constantemente escaneando os ambientes internos e externos identificando oportunidades e ameaças.
2. Decisões Subsidiadas: Eles fazem uso de dados e informação para tomar decisões baseadas em evidências.
3. Execução em Movimento: Eles são capazes de agir rápido, frequentemente valorizando a velocidade sobre a perfeição.

Ter uma equipe com profissionais com as quatro características e os três comportamentos acima levam times financeiros a: (i) dedicar menos tempo a "preencher um excel"; (ii) dedicar mais tempo a criar soluções que um mercado oligopolizado tende a não criar; e (iii) combinar melhor a experiência de profissionais, ao invés de se esconder atrás dela para evitar profundas e amplas discussões.

** CFO da Ingresso Rápido.*

American Tourister desembarca no Brasil

Segunda marca de bagagens mais vendida no mundo já está disponível para o consumidor brasileiro

Desde sua fundação em 1933, nos Estados Unidos, a American Tourister cresceu para se tornar uma das marcas de bagagem mais confiáveis e reconhecidas do mercado, missão que cumpriu com maestria - atualmente é a segunda mais vendida do mundo em seu segmento, com presença em mais de 90 países.

A partir de junho, o consumidor brasileiro poderá atestar a qualidade da empresa, que desembarca no país em mais de oito estados até o fim do ano. Integrante do Grupo Samsonite, líder absoluto no mercado global de bagagens, a American Tourister tem o compromisso de oferecer bagagens duráveis a preços acessíveis.

"O público brasileiro é naturalmente apaixonado por viagens e o mercado no país é muito importante para o Grupo Samsonite. A American Tourister chega para conquistar o Brasil com seu DNA jovem, arrojado, tecnológico e preços competitivos, vemos muita sinergia entre a marca e o nosso estilo de vida", explica Anna Chaia, presidente do Grupo Samsonite na América Latina.

Para o lançamento, seis coleções da American Tourister vêm ao Brasil e estarão à venda em multimarcas e pontos de venda da marca Samsonite presentes no país, que gradativamente passam a se tornar *House of Samsonite* (nome dado às loja-conceito que comercializam mais de uma marca do grupo).

Abaixo as linhas disponíveis:

CURIÓ - Uma nova coleção cheia de energia, com temas em torno de padrões de onda circulares, perfeito para viajantes prontos para explorar o mundo. Mala rígida, disponível nos tamanhos 55cm, 69cm e 80cm, nas cores preta, rosa e turquesa.

SUMMER WAVE - A supermoderna Summer Wave garante muito mais estilo às viagens, graças ao desenho único com linhas onduladas e elegantes. Mala rígida, disponível nos tamanhos 55cm, 67cm e 77cm, nas cores cinza, roxa e laranja.

MIKONOS - Inspirada nas curvas e formas surpreendentes do caleidoscópio, a linha Mikonos traz um desenho moderno, arrojado e cheio de estilo. Mala rígida, disponível nos tamanhos 54,5cm, 67cm e 76cm, nas cores cinza, turquesa e verde limão.

SPEED - A mala ideal para as pessoas que gostam de mais organização na hora de viajar, uma vez que tem um lugar especial para cada artigo. Mala de tecido, disponível nos tamanhos 57,5 cm, 67,5cm e 78,5cm, nas cores rosa, verde e azul.

TROPICAL - Quem busca conforto, praticidade e organização sem deixar o estilo de lado, com certeza vai se apaixonar pela linha Tropical. Mala de tecido, disponível nos tamanhos 55cm, 68cm e 80cm, nas cores coral, azul e preta.

NIUE - Niue é a coleção perfeita para quem gosta de combinar beleza, estilo, resistência e praticidade. Mala de tecido, disponível nos tamanhos 55cm, 68cm e 79cm, nas cores preta, vermelha e roxa.

A nº 1 brasileira de auditoria independente acredita que até 2030, o Brasil ocupará o 3º lugar na economia global. **FAÇA SUA ESCOLHA.**

1º lugar
CHINA

2º lugar
ESTADOS UNIDOS

3º lugar
BRASIL

25anos

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of
BKR
International

55 21 2156-5800

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.-

Auditoria | Compliance | Consultoria em Fusões e Aquisições | Consultoria Trabalhista e Previdenciária | Consultoria Tributária | Due Diligence

SEDE: Av. Graça Aranha, 416 - 11º andar - Centro | Rio de Janeiro - RJ São Paulo - SP | Recife - PE | Belo Horizonte - MG | Vila Velha - ES

Siga-nos:

Brasil-Argentina discutem facilitar comércio para pequenos negócios

Atravessar a fronteira comercial entre países exige preparo logístico, disposição para enfrentar entraves burocráticos e capital para lidar com altas despesas. Para os pequenos negócios brasileiros, a missão, atualmente, tem sido desanimadora. De acordo com pesquisa do Sebrae, 7 entre 10 micro e pequenas empresas brasileiras que conseguem vender para fora do país desistem de permanecer exportando. A simplificação do processo motivou o Seminário Pymes Brasil-Argentina: Simplificación de Nuestro Comercio, que foi realizado na Embaixada do Brasil, em Buenos Aires, em junho.

O evento fez parte do projeto de implantação do Simples Internacional, proposta do Sebrae elaborada com apoio de parceiros governamentais para reduzir a burocracia e facilitar a logística para pequenos negócios que desejam exportar e importar produtos. Estiveram presentes no seminário autoridades de ambos os países, entre elas, o ministro da Produção argentino, Francisco Cabrera.

"Precisamos padronizar os procedimentos aduaneiros e compartilhar informações para integrar sistemas a fim de diminuir o tempo e os custos das transações", destaca o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos. Atualmente, nas fronteiras brasileiras com a Argentina, a média de tempo para a liberação de um caminhão é de 15 dias. Afif abordou também a necessidade de uma convergência regulatória entre os países, como o reconhecimento mútuo de certificados fitossanitários e métricos. Ao final do encontro, foi produzido um documento com recomendações do setor privado aos governos da Argentina e do Brasil.

Estudo encomendado pelo Sebrae ao Instituto Aliança Procomex mapeou 142 entraves para o comércio exterior de pequenos negócios brasileiros. Para os empresários ouvidos no estudo, os maiores problemas são relacionados aos sistemas existentes, legislação e procedimentos adotados pelos órgãos reguladores e fiscalizadores. Para solucionar esses entraves identificados, o estudo aponta desde alterações simples num campo de um sistema até mudanças legislativas por conta de lacunas de interpretações.

Em 2016, cerca de 25.550 empresas brasileiras exportaram. Dessas, 6.269 venderam para a

No Brasil, as micro e pequenas empresas representam 98,5% do total de empresas, são responsáveis por 52% dos empregos formais e 27% do PIB. Na Argentina, as chamadas PYMES são 99% das empresas do país, ofertam 70% do total de empregos formais e contribuem com 54% do PIB.

Argentina, sendo que 14% (900) eram negócios de micro e pequeno porte, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Nesse mesmo ano, a corrente de comércio entre o Brasil e a Argentina atingiu US$ 22,5 bilhões, com exportações de US$ 13,4 bilhões e importações de produtos argentinos de US$ 9,1 bilhões.

Um avanço do Simples Internacional diz respeito à figura do operador logístico internacional, instituída em dezembro passado por instrução normativa da Receita Federal. Trata-se de empresas privadas de transporte cadastradas que se encarregam do fluxo de exportação. Ao contratar os serviços do operador logístico, cabem às micro e pequenas empresas apenas produzir e fechar negócios.

Outro ponto a ser melhorado é o Sistema de Moeda Local (SML), que já existe, mas o Banco Central estuda uma forma de tornar mais vantajosa a sua operação, para as instituições financeiras diminuam os custos cobrados dos empresários. Também é analisada a possibilidade de realizar toda a operação na moeda nacional de cada país, não sendo mais necessária a conversão.

Durante o seminário, foi lançada ainda a ferramenta Connect Americas na comunidade Brasil-Argentina. Criada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a rede social empresarial reúne micro e pequenas empresas para que busquem oportunidades de negócios entre si. O Sebrae é um dos gestores dessa comunidade bilateral.

O COMÉRCIO EXTERIOR ENTRE OS DOIS PAÍSES:

- De 2003 a 2015, a corrente de comércio bilateral Brasil-Argentina cresceu 150%: de US$ 9,24 bilhões para US$ 23,09 bilhões.

- Em 2015, o Brasil tinha 12,1 mil micro e pequenas empresas exportadoras, que representaram 1,03% do valor total exportado pelo país.

- A Argentina é o terceiro país no ranking de exportação brasileira, com 7% do total, enquanto o Brasil é o principal mercado para as exportações argentinas. Somos o principal destino das exportações argentinas desde 1993 (ano a partir do qual há dados de comércio da Argentina).

- Em 2015, a corrente de comércio entre o Brasil e a Argentina atingiu US$ 23 bilhões, com exportações de US$ 12,8 bilhões e importações de US$ 10,2 bilhões.

- No Brasil, as micro e pequenas empresas representam 98,5% do total de empresas, são responsáveis por 52% dos empregos formais e 27% do PIB. Na Argentina, as chamadas PYMES são 99% das empresas do país, ofertam 70% do total de empregos formais e contribuem com 54% do PIB.

Fontes: MDIC, Itamaraty e Ministério de Producion de La Nacion Argentina

Sem desculpa para ficar parado

*Rafael Schur**

O setor bancário mundial passou os últimos anos lutando contra incertezas as mais diversas e, no atual ano fiscal, não será diferente. Pouco se pode antever, por exemplo, sobre as implicações do Brexit para o Reino Unido e a União Europeia, sobre a nova regulação bancária dos EUA, etc. Ainda assim, os bancos não podem se dar ao luxo de ficarem parados. Medidas urgentes são necessárias tanto para melhorar a performance financeira quanto para aperfeiçoar sistemas de controle e proteção. Estas são as principais conclusões do EY Global Banking Outlook 2017 | Uncertainty is no Excuse for Inaction, que ouviu 300 executivos globais de instituições financeiras.

Nos mercados emergentes, 100 executivos foram entrevistados. Para 62% deles, o cenário é positivo e se espera pequena melhoria dos resultados do setor. Os executivos brasileiros, em particular, destacaram que o foco das ações deve estar na proteção do negócio por meio de melhorias na gestão de riscos – criando uma cultura interna de riscos e aumentando capacidades para combater crimes financeiros e cibernéticos. Além disso, eles estão em busca de uma agenda de otimização, o que implica aprimorar a eficiência por meio de canais de atendimento digitais e simplificar operações via novas tecnologias de automação.

No âmbito global, o estudo também evidencia que a gestão de riscos está no topo das prioridades da agenda setorial, assim como as questões regulatórias. Mostra que os maiores bancos internacionais estão, igualmente, à procura de formas de elevar a rentabilidade. Afinal, somente 11% das instituições ouvidas esperam melhorar significativamente a performance de suas finanças no próximo ano.

O Global Bank Outlook 2017 recomenda alguns passos que devem ser tomados no médio e longo prazo para assegurar a transição do modelo "Manter-nos seguros", ora vigente, para o modo "Tornar-nos melhores". Algumas ações de curto e médio prazo podem ajudar as instituições financeiras a executar suas agendas estratégicas:

- Reformular: Repensar estruturas organizacionais básicas, considerar estratégias de fusão e aquisição, e encontrar novas estratégias de aumentar a rentabilidade em resposta a pressões regulatórias e de mercado.
- Controlar: Certificar que o risco e o desempenho financeiro são identificados, mensurados, validados e reportados.
- Proteger: Identificar de forma ampla ameaças internas e externas ao negócio, bem como falhas em cumprir regulações.
- Otimizar: Usar novos modelos de operações e tecnologias para identificar desafios de pressões as margens, experiência do cliente e compliance.
- Crescer: Recuperar crescimento rentável em uma era de altas expectativas do cliente e entrada de agentes não tradicionais no mercado.
- Inovar: Desenvolver competência de revisão recorrente do modelo de negócio e aproximação a centros inovadores (ex: aceleradoras de FinTechs).

Ainda que o cenário se mostre desafiador, a EY acredita que haverá uma postura mais inovadora por parte das instituições financeiras – e, para serem bem-sucedidas neste quesito, elas terão de mudar completamente a forma como pensam e operam.

** Sócio de Consultoria da EY para o mercado financeiro.*

EY
Building a better working world

E se a incerteza digital for sua melhor oportunidade para vencer nos negócios?

www.ey.com.br/digitaltrust

© 2017 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

Ernst & Young agora é EY ▸ Auditoria | Consultoria | Impostos | Transações

ICMC anuncia resultado do Prêmio Gutierrez de Teses de Doutorado

Melhor tese de doutorado em matemática defendida em 2016 receberá premiação em cerimônia que acontecerá no dia 28 de agosto, quando também será entregue uma menção honrosa

Felipe Ferreira Gonçalves

Fábio Happ Botler

Duas teses de doutorado em matemática serão reconhecidas pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, no dia 28 de agosto, durante a cerimônia do Prêmio Carlos Gutierrez de Teses de Doutorado 2017. Este ano, o Prêmio será entregue a Felipe Ferreira Gonçalves por sua tese Extremal Problems, Reconstruction Formulas and Approximations of Gaussian Kernel.

Nascido no Rio de Janeiro, Felipe formou-se Bacharel em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2010, concluiu o mestrado no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) em 2012 e o doutorado em 2016, na mesma instituição, sob a orientação do professor Emanuel Carneiro. Atualmente, é professor assistente na University of Alberta, em Edmonton, Canadá.

Além disso, a tese intitulada Decomposição de Grafos em Caminhos, de Fábio Happ Botler, receberá menção honrosa na cerimônia, que acontecerá às 14 horas, no auditório Fernão Stella Rodrigues Germano do ICMC, em evento aberto ao público. Fábio nasceu na cidade de Recife, em Pernambuco, onde se formou em Matemática pela Universidade Federal de Pernambuco em 2008, concluiu o mestrado em 2011 na mesma instituição. Já o doutorado foi defendido em 2016 no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da USP, sob orientação da professora Yoshiko Wakabayashi. Atualmente, Fábio é pesquisador na Universidad de Chile.

Apoiado pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) e concedido anualmente, o Prêmio Gutierrez foi criado para homenagear o pesquisador peruano Carlos Teobaldo Gutierrez Vidalon (1944-2008). O objetivo é reconhecer a melhor tese defendida e aprovada na área de matemática no Brasil, no ano anterior ao ano da premiação, considerando os quesitos originalidade e qualidade.

Gutierrez chegou ao Brasil em 1969 para estudar no IMPA, onde se titulou mestre e doutor em matemática. Nessa instituição, na qual trabalhou até 1999, começou como professor assistente e chegou à posição de titular. Durante o período, visitou vários importantes centros em matemática como a University of California, em Berkeley, e o California Institute of Technology. Após deixar o IMPA, ele atuou como professor titular no ICMC, contribuindo com a fundação e organização do grupo de pesquisa em Sistemas Dinâmicos. Em sua carreira, publicou mais de 70 artigos, orientou sete alunos de doutorado e 20 de mestrado.

Obrigação universal do desarmamento nuclear

*Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima**

O binômio Guerra e Paz é um desafio perene nas reflexões sobre as relações internacionais na tradição hobbesiana. Na era nuclear, esse desafio é global e ameaça a totalidade da vida no planeta. Diante dessa grave constatação, é claro que a solução desse dilema existencial interessa a todos, não apenas aos Estados, às organizações internacionais, mas também à sociedade civil e aos indivíduos. Devemos zelar pelo respeito aos direitos e princípios que protegem cada um e a humanidade. Impõe-se desenvolver uma consciência cívica dessas questões. Afinal, além de cidadãos de um Estado, somos parte de um mundo interdependente e que se globaliza inexoravelmente. É preciso clara compreensão de nossos direitos, deveres e obrigações.

A questão do desarmamento nuclear traduz a obrigação internacional diante da situação atual que tornou a humanidade refém de artefatos atômicos que pairam sobre todos nós como uma espada de Dâmocles. Casos recentes submetidos à Corte Internacional de Justiça (CIJ), principal órgão judiciário das Nações Unidas, bem ilustram o desafio que a questão do desarmamento representa para a humanidade, a ameaça que impõe à paz e à segurança internacional, assim como a fragilidade dos arranjos de redução e controle de arsenais e de não proliferação de armas nucleares. Demonstram ainda a necessidade de que as decisões dos organismos internacionais correspondam à expectativa e aos grandes anseios da comunidade das nações.

Mais do que decorrente de atitudes voluntárias, o desarmamento constitui obrigação oriunda do artigo VI do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Essa posição foi ratificada pela CIJ, em 1996, numa decisão unânime dos juízes de que existe uma obrigação de "buscar de boa-fé e levar a uma conclusão as negociações conducentes ao desarmamento nuclear em todos os seus aspectos".

Como as armas nucleares ainda não são sujeitas a uma proibição legal explícita, diferentemente das outras duas categorias de armas de destruição em massa – as químicas e as biológicas –, ganhou força a ideia de um novo tratado para a proibição de armas nucleares. Esse futuro instrumento, que ora está sendo negociado no âmbito das Nações Unidas, instituiria um conjunto de medidas legais relacionadas à fabricação, posse e uso de armas nucleares. A expectativa é a de que um tratado dessa natureza venha conferir precisão conceitual e a tipificação jurídica necessária a sua efetiva redução e eliminação.

Em debate recente da Academia de Letras Jurídicas, no Instituto dos Advogados Brasileiros, em torno do tema, objeto também de seu livro A Obrigação Universal do Desarmamento Nuclear, que acaba de ser editado pela Funag, o juiz brasileiro da CIJ, Professor Antônio Cançado Trindade, fez severa advertência, a partir de sua extensa pesquisa, quanto ao risco de uma catástrofe nuclear e ressaltou o alcance dos fundamentos jurídicos e a dimensão ética dos argumentos em favor do desarmamento.

Em artigo recente, o Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, recordou que a comunidade internacional já baniu as outras armas de destruição em massa e que não há razão para não proibir, igualmente, aquelas capazes de destruir a vida na Terra. Disse ainda o Ministro que é passada a hora de tomar medidas corajosas para corrigir perigosa lacuna jurídica na construção de um mundo mais seguro. Afirmou que, para a diplomacia brasileira, a defesa do desarmamento nuclear, mais do que opção estratégica, constitui imperativo moral e dever constitucional. Declarou que o Brasil está participando do processo negociador com a consciência de que a adoção de padrões de conduta mais elevados no âmbito multilateral ainda é a melhor alternativa para promover soluções eficazes e legítimas para os desafios globais. Convidou todos os países a se juntarem a nós, e aos demais patrocinadores da iniciativa, para participarmos de maneira construtiva desse exercício histórico.

** Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag).*

Livro “A caixa preta da Governança”, de Sandra Guerra

A obra é fundamental para quem quer conhecer os bastidores, armadilhas e desafios enfrentados pelos conselheiros das maiores empresas brasileiras e latino-americanas

Orgão máximo da governança corporativa, o conselho de administração é considerado por muitos pesquisadores a “caixa-preta” das companhias por tratar de temas sigilosos e também por certa dificuldade em se obter dados e depoimentos que revelem os meandros de seu funcionamento. Especialmente nos últimos anos, cresce o questionamento sobre o papel e a responsabilidade dos conselheiros frente aos sucessivos escândalos empresariais e financeiros que assolam o Brasil e o mundo.

Visando contribuir para o aprofundamento do debate, Sandra Guerra – uma das principais autoridades nesse assunto no Brasil, Conselheira de administração por mais de duas décadas e ex-presidente do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) – traz luz às questões da alta gestão em sua primeira obra como autora, o livro “A Caixa-Preta da Governança”. Com prefácio assinado por Sérgio Lires Rial, presidente do Banco Santander no Brasil e Alexandre Gonçalves Silva, presidente do conselho de administração da Embraer.

Escrita em linguagem bastante acessível inclusive para leigos, a obra – publicada pela Editora Best Business - tem como principal objetivo fornecer uma bússola comportamental para administradores de negócios. Ao apresentar um “raio X” do que acontece de fato no dia a dia dos conselhos de administração - seus dilemas, responsabilidades, conflitos e desafios - o livro serve como guia para que conselheiros e executivos possam atuar de forma mais confiante e tranquila na interação com os pares, acionistas e executivos, visando uma maior eficácia na tomada de decisões.

O PROJETO

Durante 36 meses, a autora mergulhou no estudo desse cenário, em toda sua complexidade. Nesse período, ela realizou uma pesquisa junto a 102 conselheiros brasileiros, indagando-os sobre o que tira o sono, quais seus principais receios e como o comportamento afeta as salas de conselho. Também realizou entrevistas individuais (27 ao todo com profissionais de nove nacionalidades diferentes, em mais de oito cidades do mundo), nas quais apurou detalhadamente as causas para os fatores que identificou na pesquisa. Sandra levantou casos que apresenta em profusão no livro.

Estruturada em sete capítulos, a obra concentra-se no desnudar da “caixa-preta”, apresentando nos capítulos finais os caminhos para se pensar além desses limites. Vale destacar que os presidentes dos conselhos de administração, que ocupam a “cadeira mais solitária do mundo”, também foram ouvidos e revelaram suas angústias.

Temas como a contratação e demissão de CEO’s, eventos disruptivos, questões éticas, transações de compra, venda e fusões de empresas, armadilhas comportamentais e bullying entre conselheiros e executivos são retratados com absoluta honestidade por quem vivencia diariamente a complexidade de integrar e/ou interagir com os conselhos de administração.

Sandra Guerra

Mestre em Administração pela FEA-USP, a autora tem atuado há mais de 22 anos como conselheira de administração e governança corporativa, tendo como principal foco de seus estudos os conselhos de administração empresariais. Foi uma das fundadoras no Brasil do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e também conselheira da International Corporate Governance Network (ICGN), além de mediadora pelo Centre for Effective Dispute Resolution (CEDR). Por meio de sua empresa, a Better Governance, dedica-se à consultoria de governança corporativa voltada para os conselhos de administração.

Infraestrutura: Eficiência e Ética

O livro Infraestrutura: eficiência e ética, da **Editora Elsevier** foi organizada por Affonso Celso Pastore, ex-secretário da Fazenda do estado de São Paulo entre 1979 e 1983 e Presidente do Banco Central do Brasil entre 1983 e 1985. A obra conta também com prefácio do juiz Sergio Moro. O livro aborda iniciativas necessárias para o Brasil voltar a crescer de maneira eficiente e ética.

Atualmente muito tem se falado em questões de ética e eficiência em torno da Administração Pública, principalmente no que envolve temas como combate à corrupção e gestão de serviços públicos.

Com prefácio do juiz federal Sergio Moro, a obra "Infraestrutura: Eficiência e Ética" traz uma esclarecedora avaliação dos sucessos e insucessos de políticas públicas em infraestrutura, no qual há um considerável crescimento da participação do setor privado.

O organizador da obra Affonso Celso Pastore explica que o Brasil tem uma carência enorme em infraestrutura, pois os inventimentos em estradas, portos e aeroportos começaram tarde, o que prejudica o crescimento ecônomico do país. "A ideia do livro é mostrar o que está errado e como melhorar a mobilização por capitais privados, além de ações do governo para diminuir o risco regulatório", complementa.

Affonso Celso Pastore é doutor e livre docente pela Faculdade de Economia e Administração da USP, na qual atuou como professor e diretor. Foi professor da EPGE, da FGV e atualmente concentra suas atividades na A. C. Pastore & Associados.

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA SILVA GAEDE & ASSOCIADOS | ADVOGADOS

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas
Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gsga.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º, 10º e 15º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gsga.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gsga.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gsga.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gsga.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: **BUENOS AIRES · LIMA · SALT LAKE CITY · MIAMI · NEW YORK**

Os 10 produtos com mais impostos

A PROTESTE considera importante que o consumidor tenha consciência do que paga na forma de impostos embutidos nos produtos e serviços. Entenda os motivos:

Quando o assunto é imposto é comum que os brasileiros classifiquem cerveja, automóveis e gasolina como os produtos com alta carga de tributos. A bebida mais consumida do país traz 56% do seu valor em impostos.

Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) o consumidor no Brasil paga entre 48,2% a 54,8% de tributos se somar todos os impostos ao comprar um carro, tornando-se um dos países com mais cargas tributárias sobre os automóveis no mundo. Além disso, o IPVA anual, o licenciamento, e os tributos que incidem sobre a gasolina (41%) e o etanol (27%) tornam a manutenção de um veículo ainda mais caros. Henrique Lian, diretor de relações institucionais e mídia da PROTESTE, Associação de Consumidores, afirma que esse dia é importante para advertir e conscientizar o consumidor sobre os altos tributos. "Pagamos impostos de primeiro mundo e mesmo assim, recebemos serviços que deixam a desejar. O consumidor precisa " reflitir sobre esses encargos e deve estar sempre atento onde seu dinheiro é aplicado, cobrando, igualmente, serviços públicos de qualidade" comenta.

Os três produtos citados, no entanto, não são os campeões em tributos. Por isso a PROTESTE divulga uma lista dos dez produtos com maior quantidade de impostos embutidos no seu preço final.

10 PRODUTOS COM MAIOR TAXA TRIBUTÁRIA

1	Cachaça	81,87%
2	Casaco de pele de vison	81,86%
3	Cigarro	80,42%
4	Perfume importado	78,43%
5	Caipirinha (cachaça+limão+açúcar)	76,66%
6	Consoles de videogames	72,18%
7	Jogos de videogames	72,18%
8	Perfume nacional	69,13%
9	Moto (acima de 250cc)	64,65%
10	Fogos de artifício	61,56%

ORACLE DO BRASIL

A Oracle do Brasil anuncia que Rodrigo Galvão é o novo presidente da empresa no País. O executivo, que está na empresa há mais de 15 anos, assume a operação do Brasil, reportando-se a Luiz Meisler, vice-presidente Executivo da Oracle América Latina.

Galvão iniciou sua carreira na Oracle em 2002, como trainee da área financeira. Desde então, ocupou posições na área de Vendas, como gerente e diretor, até ser vice-presidente em 2015. Desde 2016, liderou a área de Vendas e Inovação em Cloud.

Em seu novo desafio à frente da liderança da empresa no Brasil, Galvão terá, entre diversas prioridades, a missão de continuar a destacar a presença da Oracle no mercado e contribuir para a transformação digital dos clientes. Além disso, ele e o time seguirão o caminho a fim de apoiar os clientes a acelerarem a modernização dos seus processos de negócios com simplicidade e inovação.

"A nomeação de Rodrigo Galvão é a prova de um desenvolvimento sólido de carreira. Seu perfil elevará ainda mais a contribuição da Oracle ao mercado brasileiro com uma nova visão de modernidade e criatividade", afirma Luiz Meisler.

Galvão é bacharel em Business Administration pela PUC-SP e possui dois Masters em Business Administration pela Michigan University e pela IESE Business School.

GAUTEROT NO PAÇO

O Ministério da Cultura, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e o Instituto Moreira Sales promovem a exposição - Brasil: tradição, invenção - de Marcel Gautherot.

A exposição fica até o dia 20 de agosto no Paço Imperial, na Praça XV de Novembro, 48 - Centro do Rio de Janeiro.

BEMIS

A Bemis, uma das maiores fabricantes de embalagens do mundo, vai inaugurar um escritório comercial em Lima, no Peru. Com investimento previsto de 500 mil dólares e a contratação de uma equipe comercial, a empresa pretende fazer com que a base peruana seja um centro para suas novas operações na região andina.

Sob a coordenação do gerente comercial Eduardo Posada, esta equipe de vendas é responsável por levar aos mercados do Peru, Equador e Colômbia as inovações em embalagens já utilizadas no Brasil, Argentina e México, adaptadas aos hábitos de consumo da população andina. O portfólio da empresa abrange os mercados de alimentos, bebidas, cosméticos, farmacêuticos, higiene pessoal, limpeza doméstica, médico-hospitalares e *pet food*.

O novo escritório já está realizando alguns testes de embalagens de clientes, e a maior demanda atualmente tem sido por embalagens para proteínas, alimentos líquidos, iogurtes e margarinas.

"É realmente gratificante poder retornar ao meu país para promover negócios e movimentar a economia local. A região andina está em franca expansão e, caso tenhamos oportunidade, não descartamos a hipótese de instalar uma fábrica e, também, realizar aquisições", afirma Carlos Santa Cruz, presidente da Bemis para a América Latina.

Como parte da estratégia de aceleração do crescimento das operações na América Latina, a Bemis também já estuda a expansão para outros países na América do Sul.

MERCEDES-BENZ

Cuidar do motorista é um dos compromissos da Mercedes--Benz do Brasil e apoiar o programa Estrada para a Saúde é uma das ferramentas que reafirma esse posicionamento da Empresa. O projeto já atendeu, somente este ano, aproximadamente 2 mil caminhoneiros que circulam nas rodovias Castelo Branco (km57 – leste sentido São Paulo), sistema Anhanguera – Bandeirantes (AutoBan Km 56 – sentido São Paulo), e em pontos itinerantes da Nova Dutra, MS Via, Rodonorte e Rodoanel.

A rotina desses motoristas, que rodam por todo o País, nem sempre permite que o cuidado com a saúde seja uma prioridade, o que ainda pode prejudicar o desempenho de cada caminhoneiro e, em casos extremos, causar acidentes. "Com essa iniciativa é possível oferecer aos motoristas exames e procedimentos que permitam o monitoramento de suas condições de saúde, fundamentais para quem permanece diariamente trabalhando nas estradas", afirma Ari de Carvalho, diretor de Vendas e Marketing Caminhões da Mercedes-Benz do Brasil.

MOVIOLA BISTRÔ

Rua das Laranjeiras, 280 loja B/C - Laranjeiras - Rio de Janeiro

ABB NO RIO

A ABB abriu seu quinto escritório regional no Brasil, desta vez no centro do Rio de Janeiro. O escritório proporcionará melhor logística e mais agilidade no atendimento aos clientes dos segmentos de Marine, Óleo, Gás, Química e Petroquímica.

No coração do centro do Rio de Janeiro e a menos de 15 minutos de caminhada da sede da Petrobras, a nova sede comercial permitirá à companhia armazenar produtos, oferecer treinamentos e cursos técnicos, realizar atendimentos emergenciais e testes em equipamentos.

"Queremos estar mais próximos dos clientes para poder atendê-los da melhor forma possível e com mais agilidade. O novo escritório é um marco para a companhia e consagra o Rio como um mercado estratégico para a ABB", diz Maurício Cunha, gerente da unidade de negócios de Óleo e Gás da divisão de Industrial Automation da ABB no Brasil. A cidade marca a entrada da multinacional no mercado brasileiro, com o fornecimento do sistema de acionamento do bondinho do Pão de Açúcar em 1912.

"As principais empresas que atuam no setor de Petróleo e Gás estão localizadas no Rio. O escritório estará em uma localização estratégica, onde facilitará a dinâmica de reuniões e respostas rápidas aos nossos clientes", diz Jefferson Coelho, gerente da unidade de negócios de Marine & Ports da divisão de Industrial Automation da ABB no Brasil.

No Centro de Treinamentos da unidade carioca serão oferecidos treinamentos de soluções e tecnologias de Marine, Óleo & Gás, Química e Petroquímica, voltados para operadores, supervisores e profissionais de manutenção elétrica, além de cursos sobre sistemas de automação, distribuição de energia e painéis elétricos de baixa e média tensão.

A inauguração faz parte do plano de investimentos da ABB para 2017. "Estamos investindo na abertura do escritório para fortalecer nossa posição nesses importantes setores do mercado e queremos estar preparados para atender à crescente demanda que está por vir", completa Maurício Cunha.

A companhia desenvolve soluções em tecnologia e eletrificação, além de produtos e sistemas de automação para clientes de diversos segmentos da indústria e concessionárias de energia. As operações da companhia estão organizadas em quatro divisões de negócios: Electrification Products, Robotics and Motion, Industrial Automation e Power Grids.

Recentemente, a companhia fez um aporte de R$ 10 milhões na ampliação e modernização da fábrica de disjuntores de alta-tensão, em Guarulhos (SP), tornando a unidade uma das mais automatizadas da América Latina.

BVRio e o Centro Chinês de Comércio (CINFT) anunciam parceria

BVRio estabeleceu parceria com o Centro Chinês de Comércio Internacional de Produtos Florestais (CINFT), Administração Pública Florestal, Academia Florestal Chinesa, com o objetivo de promover legalidade no sector de comércio de madeira na China. Sob os termos do presente acordo de cooperação, as partes vão colaborar para adaptar a Bolsa de Madeira Responsável BVRio e o sistema de Due Diligence e Análise de Risco de maneira a que os comerciantes e compradores de madeira chineses possam localizar produtos legais.

A China é o segundo maior importador de madeira tropical mundial e o país consome mais de 10% de toda a madeira cortada mundialmente. Além disso, uma grande parte da produção de madeira na China é exportada para vários países, incluindo na Europa e nos EUA.

O alto índice de ilegalidade que afeta mundialmente o setor de madeira tropical aumenta a urgência de fornecer ao setor madeireiro chinês ferramentas apropriadas para ajudar importadores a identificar e evitar madeira ilegal. Demonstrar a legalidade na cadeia de provisão também facilitará a adequação do setor de exportação de madeira chinês aos mercados regulamentados como a UE, os E.U.A., e Austrália, entre outros. A parceria ajudará as partes a explorar sinergias no seu trabalho, resultando num impacto positivo no setor madeireiro da China.

O sistema de Due Diligence da BVRio é um sistema automático baseado em análises big data e tecnologia blockchain que facilita o rastreamento de toda a cadeia de custódia dos produtos madeireiros. O sistema já foi utilizado por traders e agências ambientais para triar mais de 15,000 containers de madeira no valor agregado de mais de US$ 1 bilhão de dólares.

DICOM

CRIME E POLÍTICA

FGV EDITORA

Corrupção, financiamento irregular de partidos políticos, caixa dois eleitoral e enriquecimento ilícito

Alaor Leite
Adriano Teixeira
ORGANIZAÇÃO

fgv.br/editora

QUANDO UMA DOAÇÃO ELEITORAL CORRESPONDE A UMA PROPINA?

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE CORRUPÇÃO E CAIXA DOIS?

HÁ ESPECIFICIDADES DO CRIME DE CORRUPÇÃO QUANDO O FUNCIONÁRIO É AGENTE POLÍTICO?

Este livro tem o mérito de tratar de temas atuais e complexos com racionalidade, enfrentando as perguntas certas, sem cair na ilusória tentação das respostas fáceis e definitivas.

O panóptico tributário e a reedição do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária

*Wagner Arnold Fensterseifer**

O filósofo utilitarista Jeremy Bentham concebeu, no século XVIII, a teoria panóptica e aplicou-a a diversas instituições da época, tais como prisões, fábricas, hospitais e manicômios. A ideia, basicamente, consistia na construção de prédios nos quais essas instituições seriam instaladas, cujo projeto arquitetônico estaria disposto de tal forma (estrutura circular e paredes de vidro) que os prisioneiros (empregados, pacientes, internados) teriam a sensação de estarem sendo vigiados o tempo todo. Ainda, a arquitetura concebida impediria a comunicação entre os prisioneiros. Uma imagem contemporânea desse tipo de estrutura pode ser vista no filme "Rota de Fuga" (2013), de Mikael Hafstrom.

A ideia concebida por Bentham ganhou maior notoriedade na área das ciências penais, por meio da obra de Michel Foucault, "Vigiar e Punir" (1975). Segundo o autor, o movimento iniciado no século XVIII teria possibilitado a criação de uma sociedade que se utiliza de mecanismos racionais para maximizar a vigilância e o controle social.

Já no século XXI, com o avanço das tecnologias da informação, o filósofo Gilles Deleuze demonstra a forma como esses mecanismos de controle social e vigilância atingiram dimensões jamais imaginadas por filósofos como Bentham. Haveria, hoje, segundo Deleuze, a instalação progressiva e dispersa de um sistema de dominação de indivíduos e populações, dando origem à "sociedade do controle". O romance distópico de George Orwell, 1984, publicado originalmente em 1949, conseguiu prever boa parte do que ocorreria nas décadas seguintes à sua publicação. Em um mundo tomado por telas controladas pelas autoridades que vigiam a todos o tempo todo e onde cada ação ou pensamento são controlados pelo partido governante, os cidadãos têm a sensação constante de que o "Grande Irmão está observando você".

O grande mérito do romancista britânico foi prever e alertar seus contemporâneos e as gerações futuras das consequências trágicas que poderiam decorrer da difusão de sistemas de fiscalização e controle nas mãos do Estado, que muitas vezes passavam despercebidos à população.

A essa altura, o leitor deve estar se perguntando de que forma tudo isso se relaciona com o Direito Tributário e especificamente com a reedição do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional.

Explico.

Tal como concebido por Bentham, alertado por Foucault e narrado por Orwell, os governos, em praticamente todos os países do mundo, verificaram que a ausência de transparência fiscal em algumas nações, nos chamados paraísos fiscais, permitia que os cidadãos não sentissem efetivamente que eram controlados e vigiados continuamente pelo Estado. Após esse insight, passou-se a costurar acordos internacionais no sentido de aumentar a transparência fiscal internacional. As grandes lideranças mundiais exerceram forte pressão sobre os paraísos fiscais

para que aderissem ao novo standard de transparência fiscal. Boa parte desses esforços foi realizada no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização internacional de países que procura solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais.

O Brasil, seguindo essa tendência mundial, aderiu aos tratados internacionais e passou a envidar esforços políticos e legislativos objetivando aumentar sua transparência fiscal interna e externa, por meio de acordos internacionais de trocas de informações com praticamente todas as nações do mundo.

Ainda incertos sobre a efetiva funcionalidade desse novo sistema de vigilância e controle, que em muito dependeria da qualidade e quantidade de informação disponível em cada país, diversas nações optaram pela realização dos Regimes Especiais de Regularização (RER).

A ideia, conforme será visto a seguir, é bastante eficiente, pois consegue resolver diversos problemas por meio da utilização de um único mecanismo legislativo. Por meio do RER, o Brasil (da mesma forma que diversos outros países) conseguiu aumentar em 50 bilhões sua arrecadação fiscal no ano de 2016, bem como foi capaz de ampliar consideravelmente sua base de dados fiscal em razão das informações fornecidas voluntariamente pelos contribuintes (mais de 25 mil contribuintes aderiram).

Mas o que levou, de fato, os contribuintes brasileiros (e outros tantos espalhados pelo mundo todo) a aderirem ao RER? Teria sido o desconto tributário e a anistia penal ofertada pelo governo? Teria sido o receio de serem descobertos pela Receita Federal do Brasil em situação de ilegalidade?

A resposta está na peculiar interpretação e adaptação do panóptico de Bentham ao sistema tributário mundial. Por meio da simples ameaça de criação de uma rede internacional de troca de informações fiscais, os países conseguiram incutir nos cidadãos a sensação de vigilância e controle contínuos. Tal como na estrutura concebida por Bentham, o contribuinte brasileiro não é capaz de afirmar, com certeza, se está efetivamente sendo vigiado e se suas informações fiscais no exterior chegarão ao conhecimento da Receita Federal do Brasil.

Mas a incerteza e a possibilidade de ser autuado foi suficientemente forte para fazer com que milhares de brasileiros entregassem suas informações ao Fisco e efetuassem o pagamento de consideráveis quantias monetárias em troca da segurança de não estarem sendo vigiados e controlados pelo olho que tudo vê. Todavia, outros tantos decidiram manter-se em situação contrária à norma tributária, seja por não temerem a vigilância estatal, seja por estarem habituados a essa situação de vigília e controle, seja por estarem de alguma forma protegidos dessa nova arquitetura de transparência de informações.

Agora, em 2017, o Congresso Nacional aprovou a reabertura do prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária. A medida causa estranhamento, haja vista que boa parte da campanha realizada pela Receita Federal do Brasil e pelo Ministério da Fazenda no ano passado foi baseada no argumento ameaçador de que aquela seria a "última chance" de regularizar os ativos não declarados no exterior.

Mas estamos no Brasil, e como disse Tom Jobim, "o Brasil não é para principiantes", "o Brasil é de cabeça para baixo e, se você disser que é de cabeça para baixo, eles o põem de cabeça para baixo, para você ver que está de cabeça para cima".

Fico me perguntando, não podendo deixar de ver aqui certa dose de ironia: se o Estado é capaz de vigiar e controlar a todos, possuindo acesso às informações fiscais internacionais com base nos acordos por ele firmados, qual é o sentido de reeditar o RER, reabrindo o prazo para adesão?

Não seria mais racional e eficiente autuar todos os contribuintes que não realizaram a adesão ao regime do ano passado? Cumprir a ameaça realizada anteriormente, de que aquela seria a derradeira oportunidade de regularização? O efeito arrecadatório certamente seria muito maior, uma vez que não haveria descontos e seriam aplicadas multas agravadas aos contribuintes autuados. Do ponto de vista do controle social, o Estado estaria enviando uma mensagem bastante clara: a era dos paraísos fiscais acabou.

Não foi o que ocorreu.

A reedição do RER no Brasil, com a reabertura do prazo para adesão, de certa maneira coloca em xeque a ameaça do panóptico tributário, uma vez que parece demonstrar a incapacidade da fiscalização nacional em efetivar os mecanismos que divulgou estarem à sua disposição. É possível que o panóptico não seja tão ameaçador quanto se imaginava, uma vez que, ao que tudo indica, ele não é tão circular e transparente quanto deveria ser.

** Advogado na Piazzeta Advocacia Empresarial.*

Pinheiro Neto Advogados e MASP trazem Toulouse-Lautrec a São Paulo

Exposição inédita faz parte das ações de celebração dos 75 anos do tradicional escritório de advocacia

No ano que comemora seu 75º aniversário, Pinheiro Neto Advogados une-se ao Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) para viabilizar uma excepcional mostra com obras do pós-impressionista francês Henri de Toulouse-Lautrec. Intitulada Toulouse-Lautrec em vermelho, esta é a maior exposição dedicada ao trabalho do pintor francês já realizada no Brasil e estará em cartaz até o dia 1º de outubro de 2017.

Cinco anos mais jovem, o MASP também celebra seu aniversário em outubro deste ano. Oriundos de um mesmo período histórico, MASP e Pinheiro Neto Advogados construíram suas trajetórias guiados por ideias de vanguarda, criando espaços em suas respectivas áreas para serem reconhecidos pelo pioneirismo.

"A associação com o MASP parece-nos natural e viabilizar Toulouse-Lautrec em vermelho com 100% de recursos próprios é uma grande oportunidade de compartilhar com a cidade a comemoração deste marco tão especial para nós", afirma Alexandre Bertoldi, sócio gestor do escritório.

Fundado em 1942, o escritório sempre formou parcerias com entidades de diversos setores, principalmente em programas de responsabilidade social, tendo como foco ações nas áreas de educação, cultura e meio ambiente. "Acreditamos que é papel da iniciativa privada promover ações inclusivas, capazes de envolver a sociedade e retribuir a ela parte daquilo que recebemos", comenta Bertoldi.

Toulouse-Lautrec em vermelho tem curadoria de Adriano Pedrosa, diretor artístico do MASP, e Luciano Migliaccio, curador-adjunto de arte europeia do museu. Em torno do tema da sexualidade, a mostra conta com 75 obras, entre pinturas, cartazes e gravuras, que estão entre as mais emblemáticas do artista. Das onze obras de Toulouse-Lautrec da coleção do MASP, a maior e mais importante em um museu da América Latina, 9 estarão expostas; as demais são empréstimos de alguns dos principais museus e coleções particulares do mundo, tais como Musée d'Orsay, de Paris; Tate e Victoria & Albert Museum, de Londres; The Art Institute of Chicago; National Gallery of Art, de Washington; e Museo Thyssen-Bornemisza, de Madrid.

NÚMEROS DA EXPOSIÇÃO

- Obras expostas: 75 obras (entre pinturas e gravuras), sendo que 9 são do MASP
- Documentos: 50 (cartas e fotografias)
- Museus e instituições culturais que emprestaram obras: 19
- Coleções particulares que emprestaram obras: 6
- Obras de 10 países diferentes estarão expostas
- Dias de montagem: 25
- Pessoas envolvidas na montagem: aproximadamente 60
- Quase dois anos desde a concepção, pesquisa e produção da mostra
- Um ano de pré-produção a partir dos pedidos de empréstimo
- Aproximadamente 20 fornecedores diferentes envolvidos no preparo da exposição

SOBRE O ARTISTA

Toulouse-Lautrec foi um dos artistas centrais da Paris do final do século 19, ao capturar a efervescência noturna da capital que despertava para a modernidade, quando suas ruas foram iluminadas a gás e as mais diversas figuras passaram a se encontrar nos espaços públicos.

Nascido em uma família da nobreza decadente, Toulouse-Lautrec transita entre os universos burguês e proletário com desenvoltura. Devido à uma doença congênita nos ossos, teve suas pernas afetadas em dois acidentes, fazendo com que não se desenvolvessem e mantivessem o tamanho das de um menino. No entanto, sua dificuldade de locomoção não o impediu de estudar pintura e frequentar ativamente a vida noturna parisiense, retratando com fidelidade seus cabarés, cafés, salas de concerto, bordéis e todos os seus personagens.

- Local: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) - Avenida Paulista, 1578, São Paulo, SP - 1º andar
- Período: de 30 de junho a 1º de outubro de 2017
- Horários: 3ª a domingo: das 10h às 18h (bilheteria aberta até as 17h30); 5ª : das 10h às 20h (bilheteria até 19h30)
- Ingressos: R$30,00 (entrada); R$15,00 (meia-entrada)
- O MASP tem entrada gratuita às 3ª feiras, durante o dia todo.

PROTESTE

Alta Gastronomia,
na Marina da Glória

Delivery e Atracação
Serviço de entrega nas embarcações e embarque e desembarque gratuitos por até 4h de permanência.

Estacionamento
Conforto e Segurança
Desconto exclusivo para clientes

Transporte Exclusivo
Grave nosso telefone na sua agenda!
Aeroporto Santos Dummond e EmporioRio. **solicite através do telefone (21) 2556-1201*

EMPÓRIO RIO

Reservas: (21) **2556-1201**

emporiorio.com.br *emporiorio*

CEOs brasileiros estão mais otimistas, apesar de preocupados com o repasse dos custos da inflação

Quase a totalidade (96%) dos CEOs (Chief Executive Office) das empresas brasileiras entrevistados pela KPMG espera o crescimento da economia nacional nos próximos 12 meses e a mesma proporção está confiante no desempenho da companhia que preside, resultado bem acima do que o obtido na pesquisa do ano passado (68% e 56%, respectivamente). Entretanto, no atual levantamento, um dos grandes temores das lideranças (66% dos depoentes) é que sejam obrigadas a repassar os custos da alta da inflação aos clientes, hipótese essa que sequer foi mencionada em 2016. Os dados constam na pesquisa "2017 Global CEO Outlook" que entrevistou 50 CEOs no Brasil e 1.261 no mundo, entre fevereiro e abril deste ano.

O estudo deste ano apontou ainda que 58% dos entrevistados temem o aumento da inflação; 84%, a elevação da taxa de impostos; e 30%, o aumento da taxa de juros.

"A preocupação dos CEOs com a inflação não coincide com as análises do Banco Central, do Copom (Comitê de Política Monetária) e do próprio mercado financeiro, que projetam queda do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Então, o que se pode inferir da cautela dos executivos quanto à questão inflacionária é que persiste a preocupação relativa à estabilidade política do Brasil, cuja oscilação pode impactar itens como a desvalorização da moeda e taxa de câmbio", afirma o presidente da KPMG no Brasil, Pedro Melo. "Mas, não podemos deixar de destacar o otimismo dos CEOs que vislumbram crescimento para os próximos meses. Isso pode ser creditado à confiança que os executivos têm nos modelos de negócios utilizados", completa Melo.

Com relação às perspectivas para o Brasil nos próximos três anos, a maioria dos CEOs (96%) também diz estar confiante. É uma conclusão bem distante da que se observou no exercício anterior, quando 76% acreditavam na retomada do nível de atividade. Quanto ao crescimento global este ano, 96% também confiam no avanço. Em 2016, este índice foi de 46%.

O levantamento indicou que 96% dos entrevistados brasileiros estão confiantes na expansão da companhia que dirigem contra 52% registrados pela pesquisa anterior. A estimativa, para 76% dos CEOs, é que esse índice varie entre 0,01 e 1,99% ao ano. Voltando os olhos para o setor no qual estão inseridos, 68% dizem-se confiantes na expansão – em 2016 eram 44%.

Segurança cibernética

A pesquisa ainda aponta que 88% dos entrevistados assumem que sua companhia está apenas relativamente preparada para lidar com mitigar os riscos cibernéticos. Além disso, 74% assumem não estar totalmente preparados para enfrentar uma eventual violação de dados por parte dos próprios colaboradores, seja por má intenção ou negligência.

"Entretanto, até uma situação de risco é encarada com otimismo pelos executivos. Para 52% deles, a segurança cibernética, além dos benefícios intrínsecos, incentiva a inovação em produtos e serviços. Tanto que 46% entendem que o investimento nesse quesito pode representar uma oportunidade para encontrar novas fontes de receita e inovação, ao invés de ser considerado um custo indireto", destaca o presidente da KPMG no Brasil.

Riscos

A regulação, como fator de inibição ao crescimento das companhias, está entre as maiores preocupações para 42% dos CEOs brasileiros. Praticamente, o mesmo percentual (40%) mostrou-se apreensivo com a possibilidade de a estratégia utilizada não ser suficientemente eficaz para combater a convergência do setor. Por outro lado, apenas 24% preocupam-se com a possibilidade de a organização não poder, por algum motivo, aumentar a fatia do mercado. Dentre as prioridades dos CEOs, está o fortalecimento da confiança dos stakeholders e clientes. Esse aspecto foi apontado por 56% deles.

Questionados sobre quais são as maiores ameaças para s companhias, 30% dos CEOs brasileiros apontaram os juros. Também para 30%, a carga tributária é um obstáculo. Os riscos estratégicos, operacionais e regulatórios vêm em seguida, todos com 28% das indicações pelos entrevistados, e os relativos à cadeia de suprimentos preocupam 26% deles. Por fim, 24% apontam os fatores geopolítico e cambial.

Planos de crescimento

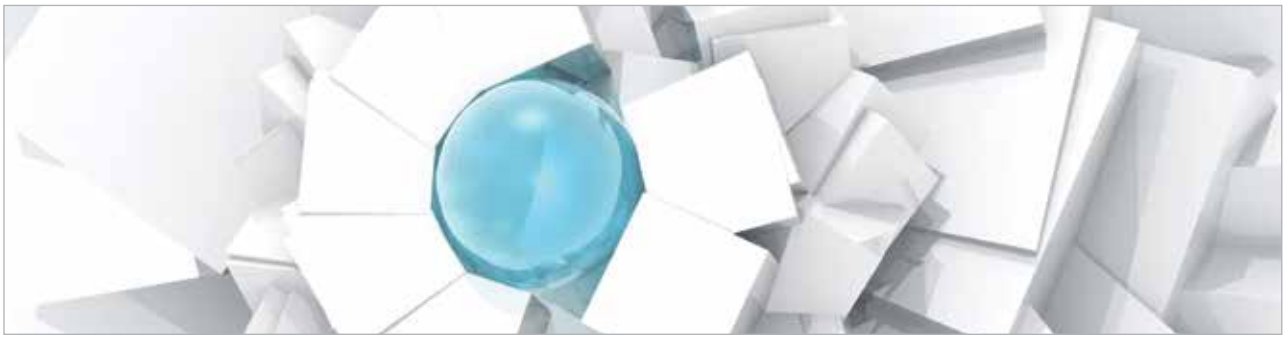
Para os próximos três anos, o aumento da penetração nos nichos já existentes tem alta prioridade para 62% dos executivos, assim como o foco em inovação, incluindo novos produtos, serviços e maneiras de fazer negócios, apontados como prioridade para 42%. Considerando todas as prioridades acima citadas, 72% dos CEOs brasileiros entendem que a estratégia de fomento dos resultados deva ser executada a partir da expansão das próprias operações. As fusões e/ou aquisições seriam a opção para 57% deles, enquanto a transformação de modelos de negócios em larga escala é uma proposta a ser ponderada por 45% dos entrevistados. Apenas 11% deles enxergam nas parcerias colaborativas ou joint ventures um caminho ideal para buscar o crescimento.

Comparativo 2017 x 2016 –
Destaques da pesquisa brasileira

- **COLABORADORES** - Na pesquisa de 2017, 40% acreditam que o quadro de colaboradores permanecerá o mesmo nos próximos 12 meses enquanto que em 2016, esse índice era de 38%. Também é mais alta (54% em 2017, contra 42% em 2016) a taxa de entrevistados que acredita em aumento de até 5% no número de funcionários.
- **FOCO DOS INVESTIMENTOS** - O último levantamento mostrou que a maioria dos brasileiros (96%) afirma mirar os países do Mercosul de um modo geral, mas foi bastante significativo o grau de interesse declarado pelos Estados Unidos (70%) e Reino Unido (30%). Já em 2016, os CEOs apontaram o Norte da África (28%), seguido por Japão (26%) e Austrália, China e Rússia, empatados em terceiro lugar (22%).
- **CENÁRIO POLÍTICO** - Na avaliação sobre os últimos 12 meses, 56% dos CEOs brasileiros acreditam que a incerteza do cenário político atual teve um impacto maior na organização do que jamais foi visto em muitas décadas. No levantamento anterior, esse era também um dos itens mais relevantes, para 16% dos entrevistados, mas em um horizonte de três anos.
- **REGULAÇÃO** - Foi apontada como fator de inibição ao crescimento das companhias e está entre as maiores preocupações para 42% dos CEOs brasileiros em 2017. No levantamento anterior, representava 80% do total de respostas dadas.
- **INTEGRIDADE DOS DADOS** - Na pesquisa atual, 62% dos CEOs afirmam acreditar na integridade dos dados como base para as decisões tomadas enquanto que, no ano anterior, apenas 56% estavam preocupados com esse item.
- **CONCORRÊNCIA** - Em 2017, um pouco mais da metade (52%) temia a possibilidade de os concorrentes apropriarem-se de negócios da organização que dirigem enquanto que, em 2016, esse percentual era maior: 56% dos entrevistados.
- **INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS** - A questão da necessidade de integrar processos de negócios automatizados básicos com inteligência artificial e processos cognitivos permaneceu em patamares equilibrados: 58% em 2017 contra 52% em 2016.
- **NOVAS TECNOLOGIAS** - Em 2017, 46% dos entrevistados afirmam que estão preocupados com o fato de a empresa estar ou não atualizada em relação às novas tecnologias, contra 52% em 2016.
- **MODELOS DE NEGÓCIOS** - 76%. dos entrevistados temem que a organização não esteja sendo disruptiva em relação aos modelos de negócio do setor, em 2017. Essa preocupação era bem menor em 2016: 36%
- **NOVOS OPERADORES** - As ameaças ao modelo de negócios da organização, devido ao ingresso de novos operadores no mercado ou do avanço de uma empresa que não era percebida como concorrente, é uma preocupação para 38% dos entrevistados e, antes era de 36%.
- **MEIOS DIGITAIS** - Em 2017, 56% dos CEOs temem não estar aproveitando os meios digitais para se conectar com os clientes de modo tão eficaz, em 2016, eram apenas 12%.

Decisão nega a dois clientes do falido Banco Santos indenização contra o Bacen e a CVM

TRF3 entendeu que risco pela contratação de investimentos na instituição financeira não implica em responsabilidade das autarquias federais



A Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) negou provimento à apelação em ação de indenização de perdas e danos no valor de R$ 5 milhões contra o Banco Central do Brasil (Bacen) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O processo foi movido por dois investidores referentes a aplicações financeiras em quotas de investimentos administradas pelo falido Banco Santos S/A.

Os magistrados mantiveram a sentença da 1ª Vara Federal de São Paulo/SP que entendeu que não ficou comprovada a omissão por parte do poder público no caso. Para eles, as autarquias federais não exercem poder de controle/gestão dos integrantes do Sistema Financeiro, ante o princípio da livre iniciativa, muito menos são garantidores das operações/investimentos contratados pelos correntistas.

"Falece de êxito a intenção autoral de responsabilizar o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários pelo prejuízo experimentado, vez que a decretação de liquidação extrajudicial e posterior falência são medidas dissociadas daquela relação material mantida entre os particulares e o banco falido, (é) matéria pacífica junto ao Colendo Superior Tribunal de Justiça", afirmou o juiz federal convocado Silva Neto, relator do processo.

Após o pedido ser julgado improcedente em primeira instância, os autores apelaram ao TRF3. Eles alegaram que a instituição financeira, falida judicialmente em 2005, gozava de credibilidade, porém o Bacen e a CVM teriam conhecimento de operações suspeitas. Com isso, deveriam ter adotado medidas de fiscalização para evitar o rombo aos correntistas.

Para o juiz federal convocado, é a opção de cada cliente a escolha deste ou daquele segmento, junto ao mercado financeiro, para a contratação a que lhe convém. A jurisprudência consolidada e a legislação constitucional que tratam do assunto não imputam às autarquias a responsabilidade pelo ressarcimento de "bancar" a solvabilidade das instituições financeiras, por não ser exatamente sua atribuição institucional.

Ao negar o pedido dos clientes da instituição bancária falida, a Terceira Turma deu provimento ao recurso da CVM e determinou o pagamento dos honorários advocatícios em R$ 100 mil - correspondes a 2% do valor da causa- solidariamente a serem suportados pelos autores com atualização monetária até o seu efetivo desembolso.

Apelação Cível 0030097-50.2007.4.03.6100/SP

O GRUPO CCR ACREDITA QUE O FUTURO DO BRASIL **PASSA POR RODOVIAS, AEROPORTOS, MOBILIDADE URBANA E MUITO INVESTIMENTO.**

mood\TBWA

Foto: Emilliano Capasso/Estúdio Folha

VLT carioca, que liga a região portuária ao centro financeiro da cidade e ao Aeroporto Santos Dumont: uma opção moderna para o transporte urbano do Rio de Janeiro.

Construção e operação das linhas do **metrô da Bahia** e operação da **linha 4-Amarela** do metrô de São Paulo: consideradas entre as mais modernas da América Latina.

Modernização e ampliação do **Aeroporto Internacional de Belo Horizonte**, além da administração de outros aeroportos da América do Sul e atuação em alguns dos mais importantes dos Estados Unidos.

3.265 quilômetros de **rodovias** nos Estados de SP, RJ, PR e MS, entre elas a Rodovia dos Bandeirantes, eleita por 5 anos seguidos a melhor rodovia do país.*

*Segundo Pesquisa CNT.

Com novos investimentos, novas parcerias e muito trabalho, o Brasil vai reencontrar o caminho do crescimento, e o Grupo CCR está pronto para continuar viabilizando soluções para a melhoria do transporte e da mobilidade dos brasileiros.

GrupoCCROficial YouTube GrupoCCROficial www.grupoccr.com.br

É por aqui que você chega lá.

CCR

Outro Brasil

*José Pio Martins**

"Eu não quero morar em outro país. Eu quero morar em outro Brasil." Ouvi essa expressão em palestra do consultor Marcelo Karam, e ela me provocou várias reflexões. A recessão, a corrupção, o desemprego e a violência social são as causas mais citadas por pessoas que manifestam o desejo de ir embora do Brasil. O desencanto com o país é compreensível, pois nossas mazelas são graves e formam um quadro desolador que faz muitos perderem a esperança de melhorias no curto e médio prazo.

Tenho uma filha que atualmente mora e trabalha em Londres, depois de ter residido na Itália e na Alemanha, e isso me faz acompanhar de perto a Europa, principalmente a Inglaterra. Emigrar para Londres, cidade glamourosa e centro importante da história mundial, e lá viver é o sonho dourado de muitos. Mas, quando se tornam reais, os sonhos revelam seus espinhos. A Inglaterra, apesar das vantagens, apresenta vários problemas para o imigrante.

O país aderiu à União Europeia (28 países), porém, com mais oito países, não adotou o euro como moeda comum. No ano passado, o Reino Unido (Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales) decidiu se retirar da União Europeia, o que implicará mudanças na política de imigração na região. Três milhões de cidadãos da União Europeia vivem no Reino Unido e 1,1 milhão de cidadãos do Reino Unido vivem nos demais países da Europa. Os ingleses têm certa restrição aos imigrantes, aos quais gostam de reservar os empregos de menor remuneração.

A vida do imigrante na Inglaterra não é fácil. A maioria mora em residências pequenas e frequentemente é lembrada de que ele é imigrante, não cidadão nacional. Nas pequenas cidades, a hostilidade no mercado de trabalho é maior, e foi o interior que deu a maioria dos votos para aprovar o Brexit (a retirada britânica da União Europeia). O país é organizado, a violência urbana é quase nula, o povo é educado, as coisas funcionam e há muito que admirar na Inglaterra. Mas o imigrante é sempre um estrangeiro e, mais adiante, muitos podem ser instados a deixar o país.

O exemplo da Inglaterra mostra que ser imigrante em qualquer país nos tempos atuais não é exatamente uma coisa fácil. Uma coisa é o glamour, outra é a realidade. Para a maioria dos 207,2 milhões de habitantes do Brasil, a hipótese de ir embora do país não se coloca. A expressão "eu não quero viver em outro país; eu quero viver em outro Brasil" é apropriada e um bom motivo para sabermos que cabe a nós, sociedade e governo, construir outro Brasil, menos pobre, menos corrupto, menos violento e com melhores hábitos; um país onde morar seja seguro e onde se possa ter alegria de viver.

Muitos que manifestam o desejo de ir embora talvez tenham desistido do Brasil e não acreditam que verão um país melhor. A questão é que, apesar dos problemas, a maioria não irá embora, e o melhor é fazermos nossa parte e contribuir para melhorar a nação, superar a pobreza e reduzir o elevado grau de violência contra a vida. Aceitar passivamente a pobreza, o caos e a marca de 60 mil pessoas mortas por assassinato a cada ano não é razoável.

No plano pessoal, as crises e as derrotas produzem lições e nos ajudam a mudar para melhor. Resta saber se o Brasil, como sociedade, aprenderá algo com a tríplice crise atual (a econômica, a política e a moral) e será capaz de melhorar sua economia e as condições sociais. Só o tempo dirá.

** Economista e reitor da Universidade Positivo.*

Os efeitos do fim da desoneração da folha de pagamento e as violações da MP 774

*Chede Domingos Suaiden e Luiz Felipe de Alencar Melo Miradouro**

No dia 1º de julho, entrou em vigor da Medida Provisória 774 que determina que a lei de desoneração da folha de pagamento deixará de ser aplicável para a grande maioria das empresas. Somente algumas empresas do setor de construção civil, transportes e as empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens serão mantidas na desoneração da folha de pagamento.

Portanto, a partir de 1º de julho de 2017, a grande maioria das empresas que estavam incluídas na desoneração da folha de pagamento deverão adotar o procedimento de recolhimento dos valores devidos à Previdência Social com base na folha de pagamento. Não será, então, mais aplicável a forma substitutiva para o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela aplicação da alíquota incidente sobre o valor da receita bruta da empresa.

No entanto, deve ser observado que a lei da desoneração traz previsão expressa no sentido de que a opção pelo recolhimento sobre a receita bruta, que é manifestada em janeiro de cada ano pelo contribuinte, é irretratável para todo o ano calendário.

Assim, embora a Medida Provisória 774/2017 tenha excluído a maioria dos contribuintes da forma substitutiva para o recolhimento das contribuições previdenciárias, o artigo que estabelece que a opção pela desoneração é irretratável para todo o ano calendário não foi revogado.

Além disso, exatamente por constar na norma legal que a opção é irretratável para todo o ano calendário, verifica-se que houve evidente violação a diversos dispositivos constitucionais, notadamente aos do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da segurança jurídica, uma vez que a irretratabilidade deve ser aplicável aos dois sujeitos da relação jurídico-tributária: o sujeito passivo e sujeito ativo.

Dessa forma, não obstante tenha ocorrido expressa revogação da norma que permitia a aplicação da desoneração da folha de pagamento, os contribuintes que se sentirem lesados devem buscar salvaguardar seu direto de permanecer na sistemática de desoneração da folha instituída pela Lei 12.546/2011 (e posteriores alterações) ao menos até o final do ano.

** Chede Domingos Suaiden e Luiz Felipe de Alencar Melo Miradouro são os sócios responsáveis pelo setor Previdenciário do escritório Baraldi-Mélega Advogados.*

O exemplo do Judiciário na saúde

*Sandra Franco**

Decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a suspensão de todos os processos judiciais em tramitação no país que pedem o fornecimento de remédios que não estejam na lista oficial do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse é mais um efeito da chamada judicialização da saúde brasileira. Com um Executivo e um Legislativo pouco ativos nas questões sanitárias, vive-se a era do litígio para se buscar uma solução para os conflitos que envolvem o acesso a remédios, cirurgias, coberturas de planos de saúde, entre outros problemas.

A referida decisão do STJ tem como objetivo reduzir a discussão sobre esse tema e colocar um freio na crescente vertente judicial da saúde. Ano passado, segundo dados da União, a judicialização consumiu R$ 7 bilhões nas esferas municipais, estaduais e federal.

O ministro Benedito Gonçalves, relator do caso no STJ, deixou bem claro que a ideia não é "trancar" o julgamento das ações, mas, sim, uniformizar a interpretação de temas controvertidos nos tribunais do país.

A determinação da Corte Superior, entretanto, não impede que os juízes de primeira e de segunda instância do Judiciário avaliem demandas consideradas urgentes e que concedam liminares determinando a liberação de remédios necessários. Vale ressaltar que com esse posicionamento da Corte Superior, os pacientes terão que comprovar a urgência do pedido, especificando a eficácia, a efetividade e a segurança do medicamento requisitado. O que é muito bem-vindo para se evitar gastos desnecessários e o lucro indevido de indústrias farmacêuticas, em muitos casos.

No caso julgado, o TJ-RJ manteve uma sentença obrigando o Estado a fornecer três colírios a uma mulher com diagnóstico de glaucoma, que alegou não ter condições financeiras para adquirir os remédios, os quais não estão na lista do SUS. Para o tribunal, o poder público deve fornecer assistência médica e farmacêutica aos que dela necessitarem, conforme a Constituição Federal e a Lei 8.080/90. Já o Estado do Rio entendeu que o SUS deve distribuir apenas os medicamentos previstos em atos normativos do Ministério da Saúde. Essa é sempre a controvérsia instaurada nesse tipo de ação. Diga-se de passagem, ainda há aqueles medicamentos postulados judicialmente que sequer tem aprovação pela Anvisa ou que tem uso *off label*.

Este vácuo na interpretação das leis, da real necessidade dos pacientes e da efetiva falta de estrutura do SUS, leva milhares de casos aos tribunais. Esta pauta deverá ir além da decisão dos juízes e magistrados. É urgente que se defina uma política pública para se monitorar quais são as principais demandas e evitar que elas se direcionem para o Judiciário.

Sem dúvida, grande parte das ações que envolvem medicamentos, exames de alta complexidade e cirurgias são urgentes. Pacientes, normalmente, só procuram a Justiça quando correm risco de morte e após terem ouvido respostas negativas por parte da Administração Pública ou ainda das operadoras de planos de saúde.

Dados recentes revelam que no Estado de São Paulo, os gastos para atender 47,1 mil ações ultrapassaram R$ 1 bilhão. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, 90% do valor gasto hoje atende a 4% do total de medicamentos solicitados judicialmente. Outro registro dá conta de que entre 2016 e junho de 2017 já são sete mil novos processos.

A judicialização, inclusive, tem sido a forma que o próprio poder público espera para resolver os problemas dos cidadãos. Isto porque os gestores poderão, pela força do mandado judicial, justificar

perante o Tribunal de Contas o gasto não previsto em seus orçamentos. Pior é pensar que os processos judiciais servem não apenas para justificar tais gastos do governo com a compra dos medicamentos, mas também geram outras despesas inerentes ao processo judicial. O poder público, portanto, gasta ainda mais do que o faria se apenas fornecesse diretamente o que pleiteiam (necessitam) seus cidadãos – um contrassenso jurídico-administrativo.

O Judiciário não pode continuar a ser a porta de saída dos direitos constitucionais ou a única forma de o cidadão conseguir o desejado acesso universal à saúde. Falta bom senso também aos pacientes, médicos e operadores do direito que acabam por exigir certos medicamentos que poderiam ser substituídos por outros com o mesmo princípio ativo. Ademais, o dinheiro público deveria atender ao máximo possível de pessoas e não servir para a compra de medicamentos caríssimos que irão favorecer a um único indivíduo em detrimento de muitos.

Claro que para o indivíduo que está em busca de uma cura, mesmo já quando não há mais possibilidade real, qualquer esperança será perseguida. Todavia, discute-se se este deve ser o destino dos parcos recursos para a saúde.

Não se olvide que as denúncias que assolam o país de desvio de dinheiro, de uso indevido de recursos destinados à saúde, através de superfaturamento de medicamentos, equipamentos órteses e próteses corroboram para que o bom senso prevaleça. Esses escândalos servem para banalizar o conceito do individual e do coletivo. Cada um pensará somente em suas necessidades, assim o Judiciário acaba por ser a forma de furar fila para exames, transplantes, cirurgias e medicamentos.

Momento de refletir e de buscar mudanças – o STJ deu o exemplo.

** Consultora jurídica especializada em Direito Médico e da Saúde, presidente da Comissão de Direito da Saúde e Responsabilidade Médico-Hospitalar da OAB de São José dos Campos (SP), presidente da Academia Brasileira de Direito Médico e da Saúde, membro do Comitê de Ética da UNESP para pesquisa em seres humanos e Doutoranda em Saúde Pública.*

Restauração ou reforma trabalhista?

*Antonio Carlos Aguiar**

Vivemos tempos difíceis. Tempos passionais, onde a intolerância impera. Onde "ter razão" simplesmente naquilo em que se acredita, é mais importante do que escutar o que o outro tem para dizer, demostrar e acrescentar àquilo que conhecemos.

Vivemos tempos interessantes. Demi Getsschko lembra que essa afirmação deriva de uma antiga maldição chinesa que diz: 'Que você viva tempos interessantes!', em que tempos interessantes se traduzem como fluidos, agitados, sem tranquilidade, atribulados. Os dias atuais não permitem que ninguém sofra de tédio, mas esse ritmo alucinado de mudanças, maiores do que o que podemos assimilar cobra seu preço. Um alto preço.

Vivemos tempos de profundas alterações: na forma e nas condições de trabalho. Novos modelos de empresas são descobertos, criados e implementados.

Trabalhadores trabalham diferentemente. Muitos se valem de aparelhos tecnológicos próprios para desenvolver suas atividades profissionais, veja-se o exemplo do denominado Bring your own device (BYOD) - (em inglês: traga seu próprio dispositivo), que, por meio de política adotada por empresas, "dá" aos empregados a oportunidade de utilizar os seus próprios aparelhos (laptops, tablets e smartphones) para acessar dados e informações da companhia em seu local de trabalho ou fora dele. Serviços são prestados em lugares diferentes. Na própria casa do trabalhador ou em outro de sua melhor conveniência. E seu serviço é deslocado para qualquer lugar do planeta, sem que isso faça qualquer diferença no desenvolvimento da prestação realizada.

Vivemos tempos em que se exige restauração, não necessariamente reformas.

Tempos para restauro, em que a intervenção modificativa se faz respeitando um bem histórico, visando manter sua identidade, seus aspectos característicos de autenticidade, com o máximo possível de sua identidade original.

Tempos em que o trabalho de restauro é necessário para restabelecer o mais próximo possível a obra original.

Há de se respeitar conquistas e princípios constitucionais relacionados, em especial, à dignidade da pessoa humana e ao valor social da empresa. Caso

contrário, comete-se um abuso, desrespeitando-se características morais, éticas e históricas.

Tempos para restauro, onde restaurar significa reanimar; revigorar; reconquistar. Que assim seja feito, com o material jurídico já existente. Que se renovem entendimentos, interpretações e definições. Restaure-se o edifício jurídico-trabalhista, modernizando-o (trocando-se toda a sua fiação elétrica, parte hidráulica, ou tudo mais atingido pelo desgaste do tempo), preservando-se, contudo, sua estética, mantendo idêntica a original, assegurando o seu valor histórico.

Tudo isso é possível. Basta vontade, bom senso e justeza nas relações. Quando se fala, por exemplo, da prevalência do negociado sobre o legislado, há de se ter em mente que negociar significa perfazer um negócio jurídico fincado em concessões recíprocas e equivalentes e não em renúncia de direitos ou "esquentamento" de algum tipo de fraude. De mais a mais, tem-se de ter presente que o sindicato que negocia, não negocia um direito que é seu, mas sim, de um terceiro (na verdade uma coletividade) e que, por determinação constitucional ele (sindicato) tem o dever de defender os interesses individuais e coletivos dos integrantes desta coletividade (categoria).

As empresas desenvolvem um papel relevante e constitucionalmente social. Elas empregam! Possibilitam que a dignidade se materialize por intermédio dos empregos. Logo, respeito e desenvolvimento de boas práticas sociais de integração e combate a todo tipo de discriminação, preconceito e tolerância com algum tipo de corrupção (o termo aqui é absolutamente abrangente) fazem parte da constituição dos valores que devem nortear a sua missão. Outros atores laborais que orbitam o mundo do trabalho precisam reconhecer e respeitar essa relação jurídica. Mais do que tutores e/ou provedores de práticas intervencionistas, o que realmente devem fazer é respeitar obrigações e compromissos assumidos.

Os partícipes diretos da relação do trabalho não necessitam de excesso protecionista que lhes impeçam o amadurecimento. Precisam de liberdade e autonomia.

Os lados e interesses numa relação de emprego sempre serão opostos e conflituosos, fato que não impede um convívio harmonioso e regrado por compromissos de parte a parte. Sendo certo que constantemente eles devem ser redefinidos quanto àquilo que é correto e bom para cada uma das duas partes.

Desse modo, e à vista do processo de reforma trabalhista que se arrasta e ao que tudo indica se inclina a não efetivação, cabe a todos nós que estamos inseridos no mundo do trabalho, restaurá-lo, renovando compromissos, de maneira adulta, autônoma e ética, a fim de que compreendamos que o bom e o correto exsurgem da materialização daquilo que todos nós fazemos e produzimos moralmente de forma adequada, não repassando obrigações e "culpa" aos outros, numa espécie de busca frenética por um salvador da pátria. Não há de falar em salvação, mas em discernimento com relação às diferenças havidas entre o certo do errado e o errado do certo.

Tempos interessantes exigem comportamentos e compromissos também interessantes, em que nos possibilitem enxergar atitudes concretas e restaurativas revigorantes, que nos afastem de afoitas e rápidas reformas que acabam por manter perversas fidelidades, e nos façam refletir e respeitar um ao outro, com lealdade e atenção aos compromissos firmados. Não com atitudes de "torcida", onde o ímpeto individual e narcisista fala mais alto do que o sentido obrigacional de preservação social, mas com maturidade intelectual, social e, sobretudo, profissional.

**** Advogado, mestre e doutor em Direito pela PUC-SP e diretor do Instituto Mundo do Trabalho.***

Quanto vale um parque?

Estudo da Fundação Grupo Boticário estima os benefícios gerados por parques no Paraná

Em meio a discussões envolvendo a importância da criação e manutenção de Unidades de Conservação (UCs) para o meio ambiente e para a economia brasileira, os parques têm uma importância muito maior do que apenas a ambiental.

Para comprovar isso, no último ano, a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza realizou um estudo em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba (SMMA), com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Desenvolvido pela Fundação Grupo Boticário, o roteiro metodológico de valoração dos benefícios sociais e econômicos de unidades de conservação, que pode ser adaptado a qualquer área protegida, pública ou privada, foi aplicado em cinco parques do Paraná mostrando que, ao todo, eles geram benefício superior a R$ 80 milhões por ano ao estado.

Os parques valorados no estado foram o Parque Natural Municipal Barigui, em Curitiba, que soma R$ 43 milhões em benefícios por ano; o Parque Estadual (PE) das Lauráceas, entre Tunas do Paraná e Adrianópolis (R$ 18,7 milhões); PE de Vila Velha, em Ponta Grossa (R$ 13 milhões); PE Pico do Marumbi, em Morretes, Piraquara e Quatro Barras (R$ 4,4 milhões); e PE do Cerrado, em Jaguariaíva (R$ 679 mil).

"Embora amplo, o estudo não abarcou todos os benefícios possíveis, nem considerou o valor da biodiversidade em si, ou seja, certamente esses parques valem muito mais que isso, mas esses números servem de referência e como ponto de partida para complementar o discurso a favor da conservação da natureza", ressalta a diretora executiva da Fundação Grupo Boticário e membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza, Malu Nunes.

Entre os benefícios valorados está o retorno de gastos médios feitos por cada visitante ao consumir no comércio local. No Parque Barigui, por exemplo, que concentra quase nove milhões de visitantes por ano, o valor anual chega a R$ 37 milhões e, no Vila Velha, com visitação média de 63 mil pessoas por ano, chega a R$ 9 milhões. "O estudo torna palpável para a população a importância dos investimentos feitos em nossas Unidades de Conservação e comprova, em números, que as UCs impactam de maneira positiva no desenvolvimento de cada uma das regiões do estado", afirma o presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto. Outro ponto importante é que todas as Unidades de Conservação valoradas geram retornos à sociedade, que compensam o investimento em sua manutenção, demonstrando o valor destas áreas dos pontos de vista ambiental, social e econômico. O Barigui tem um retorno sobre investimento de R$ 12,50 para cada real investido; Lauráceas tem R$ 75; Vila Velha, R$ 7,7; Marumbi, R$ 7,10; e Cerrado, R$ 2,06.

VALORAR PARA VALORIZAR

Segundo Malu Nunes, as vantagens da conservação dos ambientes naturais para a sociedade humana são inúmeras, mas afirma que apesar dessa importância, as UCs ainda precisam ser mais valorizadas no Brasil. "É preciso que governo, setor privado e sociedade civil compreendam a relevância social e econômica dessas áreas, de forma a criar mais UCs e implementar de modo efetivo as existentes", alerta Malu. Ela complementa dizendo que, nesse contexto, pensar além da biodiversidade e valorar também os benefícios sociais e econômicos proporcionados pelos parques contribui para promover mais incentivos públicos e privados a seu favor.

O estudo desenvolvido pela Fundação Grupo Boticário permite evidenciar os pontos-fortes e os diferenciais de cada UC, de modo a direcionar os esforços do seu mantenedor – seja governo ou particulares – e potencializar o impacto econômico que essas áreas geram às regiões onde estão inseridas. Isso possibilita que a sociedade valorize a existência e a manutenção dessas áreas.

Marion Silva, coordenadora de Áreas Protegidas da Fundação Grupo Boticário, cita exemplos a partir dos parques de Curitiba e do Paraná. Barigui, Marumbi e Vila Velha, localizados dentro e próximos a grandes centros urbanos, têm potencial para ações de ecoturismo e educação ambiental, valendo muito a pena o investimento em infraestrutura que fortaleça essas atividades. Já os parques das Lauráceas e do Cerrado, oferecem contribuição em outros aspectos, como evitar a erosão do solo e o sequestro de carbono pelas áreas em regeneração.

Além disso, todas essas áreas geram benefícios fiscais para os municípios, provenientes de arrecadação de impostos gerados pela presença das UC (ICMS Ecológico). Por exemplo, por sediar o PE das Lauráceas, o município de Adrianópolis recebe um repasse de R$ 3 milhões ao ano de ICMS Ecológico, o que representa cerca de 18% do Valor Agregado de Serviços, e quase 3,5% do PIB municipal.Tombador, no Cerrado, os dois biomas mais ameaçados do país. Outra iniciativa é um projeto pioneiro de pagamento por serviços ambientais em regiões de manancial, o Oásis.

MEDITAÇÃO PARA EXECUTIVOS

O **PROJETO CONEXÃO** tem como foco desenvolver a liderança interior e treinar, para se obter uma mente saudável e sabedoria emocional. A meditação é uma excelente ferramenta para diminuir a atividade cerebral, reduzir a pressão arterial e, consequentemente, reduzir o nível de estresse, pois abre-se espaço para o silêncio. O cultivo deste silêncio resulta em uma melhor produtividade a nível profissional.

Leve o PROJETO CONEXÃO para sua empresa.

- Melhora do clima organizacional
- Alívio de dores e estresse
- Melhora da lucratividade

PROJETO CONEXÃO
MEDITAÇÃO CORPORATIVA

- Aumento motivacional
- Redução de Turn Over
- Estimula a cooperação

ESPAÇO Qi
autoconhecimento · sáude · bem-estar

97656-1886
Av. das Américas, 8.505
Sala 207- Ed. Las Palmas- Barra da Tijuca
oespacoqi.com.br- contato@oespacoqi.com.br

oespacoqi | oespacoqi | oespacoqibr

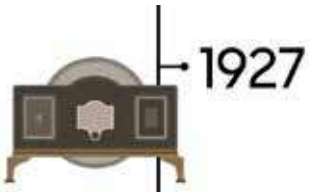
Televisão: uma viagem através da história

Assistir TV é, sem dúvida, um dos simples prazeres da vida. É um jeito tradicional de relaxar no final de semana e de se reunir com os amigos para curtir um grande jogo. Nunca antes tinha sido tão prazeroso ver filmes, séries e programas de televisão em casa em uma TV Ultra HD. Mas a televisão como conhecemos hoje em dia não foi sempre assim. Evidentemente, houve muitos avanços desde o surgimento da sua versão em preto e branco ou da primeira transmissão a cores.

Década de 1920.
Televisão mecânica

Ninguém pode afirmar com certeza quem inventou a televisão. É certo que foi o resultado dos esforços incansáveis de várias pessoas, que se estenderam por várias décadas em diferentes continentes. Em geral, é aceito que as imagens iniciais foram produzidas na década de 20 e que alguns dos primeiros aparelhos foram fabricados nos anos 30. A qualidade da imagem e o tamanho da tela eram bastante limitados; as telas não tinham mais de 3cm de largura e ofereciam imagens desfocadas com tons entre avermelhado e alaranjado.

1927.
Televisão Eletrônica.



Foi com o surgimento da versão eletrônica que a TV começou realmente a mostrar o seu potencial como futuro no centro da sala de estar. Usando tubos de raios catódicos para mostrar imagens, a primeira demonstração bem-sucedida da televisão eletrônica foi uma simples linha, e aconteceu em 1927, realizada pelo jovem inventor Philo Taylor Farnsworth, de 21 anos. Sem dúvida, quando pensamos nas imagens incrivelmente realistas que vemos hoje nas telas de ponto quântico da Samsung, é inegável o impressionante avanço alcançado ao longo dos anos.

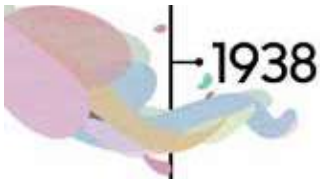
Primeiro programa de televisão

Claro que a televisão como conhecemos hoje não teria existido sem todos os programas que ainda dominam as conversas. Foi assim com o filme "The Queen's Messenger" (O Mensageiro da Rainha), a primeira obra dramática que foi ao ar e que foi transmitida pela televisão em 1928, deu o que falar na época. Tudo isso antes da chegada da TV Ultrafina e a TV Ultra HD, as telas de ponto quântico, e claro, da televisão convencional em cores. As telas de TV da época eram tão pequenas que não era possível ver mais do que a mão ou o rosto ao mesmo tempo.

Primeiro evento esportivo ao vivo

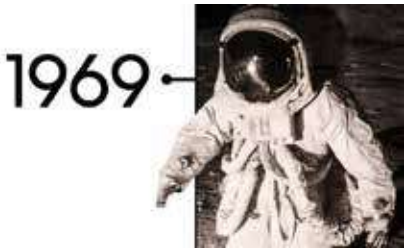
Em 1936, Berlim foi anfitriã dos Jogos Olímpicos de Verão e esse também foi o primeiro evento esportivo a ser transmitido pela TV. Os atletas da Vila Olímpica e cerca de 150 mil pessoas assistiram um total de 72 horas de cobertura em salões especiais para os telespectadores, chamados "Repartições Públicas de Televisão", localizados em Berlim e Potsdam. Os Jogos Olímpicos de Roma, em 1960, foram os primeiros a serem transmitidos ao vivo para toda a Europa. Já os jogos de Tóquio, em 1964, foram, pela primeira vez, assistidos por uma audiência mundial.

Televisão
a cores



Os primeiros testes com cores começaram um ano depois da primeira demonstração bem-sucedida da televisão eletrônica. O inventor escocês John Baird, uma década depois dos primeiros testes, conseguiu com sucesso fazer a primeira transmissão a cores do mundo. Porém, a transmissão da TV a cores não avançou até meados da década de 50, quando os primeiros aparelhos foram lançados, e ainda assim demorou mais de duas décadas para que a TV colorida chegasse até as pessoas no mundo todo. E esses novos aparelhos a cores eram muitos pesados. As TVs com tela fina, como são hoje, ainda não tinham aparecido.

Primeiro homem na lua



Enquanto a televisão a cores abria caminho pelo mundo todo, a história era escrita no espaço. Em 20 de julho de 1969, a nave Apolo 11 chegou à lua. O acontecimento foi transmitido ao vivo para todo o planeta. E enquanto 20% da humanidade observava sem fôlego na Terra, Neil Armstrong deixava a primeira pegada humana na superfície lunar e imortalizava a frase: “Este é um pequeno passo para o homem, um salto gigantesco para a humanidade”.

A Primeira TV Samsung

Em 1970, foi criada a Samsung Electronics, que vendia exclusivamente aparelhos eletrodomésticos. Durante esse mesmo ano, com apenas 45 funcionários, a Samsung desenvolveu seu primeiro aparelho de televisão: um modelo em preto e branco, de 12 polegadas, chamado P-3202. E não passou muito tempo até conquistar o lugar de líder inabalável do mercado mundial de televisores. Em 1976, a Samsung vendeu mais de um milhão de unidades somente na Coreia. E, em apenas dois anos, alcançou a marca de 4 milhões, tornando-se a maior fabricante de aparelhos em preto e branco do mundo.

Televisão Digital

O maior passo dado na evolução tecnológica desde a TV a cores foi a sua versão digital. Não existia até então uma qualidade de imagem comparável. A televisão digital era simplesmente a melhor. E com a escolha do MPEG-2 como o padrão mundial, o cenário estava pronto e a Samsung estava preparada. Começando com a produção em massa da primeira televisão digital do mundo em 1998, a empresa seguiu adiante com o lançamento da icônica Bordeaux em 2006. Depois da TV LED fina em 2009, 2010 foi o ano da televisão inteligente (Smart TV). O aparelho de TV não era somente belo, mas também tinha cérebro. Em 2013, a Samsung causou uma grande sensação com a televisão de tela curva.

2016 . Televisão Samsung SUHD

E assim chegamos à era da TV Ultra HD, ultrafina, como a TV Samsung SUHD com capacidade de HDR (grande alcance dinâmico) 1000. Baseada na tecnologia de pontos quânticos, a TV SUHD produz até 64 vezes mais variações de cores que os aparelhos convencionais com painel de 8 bits – entregando um painel de 10 bits. Toda esta tecnologia resulta em cores mais realistas em áreas mais claras e mais detalhes nas áreas escuras.

2017. Televisão Samsung QLED

Apenas um ano após o grande lançamento da SUHD, a Samsung lança uma nova categoria de TVs. A QLED TV é capaz de reproduzir 100% do volume de cor disponível em cada cena.

BKR - Lopes Machado e Trem do Corcovado apoiam livro "João Saldanha cem anos, sem medo"

O jornalista esportivo João Saldanha faria 100 anos no dia 3 de julho de 2017. Ele teve marcante passagem pela mídia esportiva – jornais, rádios e TVs –, foi técnico bissexto e vitorioso (na Seleção Brasileira e no Botafogo), tinha uma personalidade discutida, porém nunca deixou de estar do lado certo das questões, defendendo o futebol, os jogadores, o Brasil.

Para homenagear sua importância para o jornalismo e o futebol brasileiros, a Editora LivrosdeFutebol lançou "As 100 melhores crônicas comentadas de João Saldanha", que pretende tornar conhecido das novas gerações de torcedores, jornalistas esportivos e estudantes de jornalismo, o pensamento visionário do grande João Sem Medo, que morreu em Roma, durante a Copa do Mundo de 1990.

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2015/2017 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Vice-presidente - *Theophilo de Azeredo Santos*

Membros - *Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Jorge Saul Doctorovich, José Carlos Monteiro, Roberto Procópio de Lima Netto, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien.*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*

1º Vice-presidente - *Gustavo Damázio de Noronha*

Vice-presidentes - *Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.*

Secretário Geral - *Marcos Chouin Varejão.*

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: *www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/diretoria-vogal*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Claudio Roberto Contador*

Membros - *Luiz Affonso Neiva Romano e Raul Christiano de Sanson Portella*

Suplentes - *Aldo Henrique Ramos e Jorge Nisenbaum.*

CONSELHO CONSULTIVO

Conselheiros - *Ary da Silva Graça Filho, José Carlos Monteiro, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Roberto Procópio de Lima Netto, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.*

Secretário Geral - *Marcos Chouin Varejão.*

Diretoria Adjunta

Diretores - *Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz e Roberto Haddad.*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Simone Lira e Graziele Costa

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Experiência = Eficácia

BRANCO

www.brancoconsultores.com

- CONSULTORIA TRIBUTÁRIA
- ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA
- PERÍCIAS CONTÁBEIS

RIO DE JANEIRO
Rua da Assembléia, 77 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro
CEP 20.011-001
Tel.: 21 3231 5900
Fax: 21 2531 9388

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087 8910
Fax: 11 5087 8810

Reposicionamento para o mercado de reparos é uma das alternativas da indústria naval

O presidente da Câmara Setorial de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore da ABIMAQ, Marcelo Campos, alerta para a necessidade de diversificar a atuação das empresas do setor, aumentando escopo de serviços.

Com a retração da indústria naval e offshore, que reduziu o número de encomendas do setor e estagnou uma série de empresas da cadeia produtiva, inclusive os estaleiros, representantes dos principais players do segmento passaram a estudar alternativas para manter o mercado nacional aquecido e competitivo. Uma delas é o redirecionamento do setor para o segmento de manutenção e reparos navais.

No entanto, de acordo com o presidente da Câmara Setorial de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (CSENO-ABIMAQ), Marcelo Campos, a mudança de direcionamento adotada isoladamente pode não ser suficiente. "A indústria naval brasileira foi estruturada para atender ao mercado de construção naval, que responde por cerca de 70% do setor no país. O mercado de manutenção e reparos, embora seja interessante, corresponde a no máximo 20% das encomendas que poderíamos ter se mantivéssemos o ritmo e as demandas de construção", afirma.

O executivo acrescenta ainda que, para que este reposicionamento ocorresse, seria necessário reconstruir o setor do zero, mudando completamente o foco do mercado. "Se esse redirecionamento é feito, toda a cadeia construtiva criada para esta indústria, que é gigantesca, seria dizimada. Fabricantes de válvulas, por exemplo, não entram no segmento de reparos e já seriam algumas das empresas que iriam falir rapidamente".

Campos baseia sua opinião na experiência do cotidiano das empresas. Ele é diretor geral da Roxtec, especializada em vedações de cabos flexíveis e tubulações, e percebe a dificuldade das companhias em adotar esse reposicionamento. "Até existem estaleiros especializados em manutenção e reparos em atividade, mas são poucos. Sozinhos, eles não conseguem dar sustentabilidade para o negócio. Além disso, a rede de fornecimento para este mercado é muito menor, pois é um segmento pequeno no país", pontua.

A discussão deve ser um dos temas do encontro da cadeia de fabricantes e fornecedores da indústria naval e offshore, marcado para a 14ª edição da Marintec South America - Navalshore, o mais importante evento dedicado à indústria sulamericana, que será realizado no Centro de Convenções SulAmérica, no Rio de Janeiro (RJ), de 15 a 17 de agosto.

Além da Roxtec, outra empresa do segmento que é presença frequente na feira é o Renave, um dos principais estaleiros especializados em reparos navais do país. O superintendente da empresa, Luiz Eduardo de Almeida, tem a mesma opinião de Campos. "Acredito que o segmento de manutenção e reparo nunca foi uma alternativa de fato, pois não tem demanda suficiente para manter o que já temos estabelecido. Com a recessão o mercado diminuiu mais e deixou o setor em uma situação ainda mais complicada", lamenta.

O diretor do portfólio de infraestrutura da UBM Brazil, organizadora da Marintec, Renan Joel, diz que o objetivo do evento é exatamente esse, reunir todos os players do setor no mesmo local para que possam debater o futuro da indústria naval no país. "Na Marintec, os representantes desta indústria podem encontrar novas sinergias para o mercado e apresentar suas inovações e soluções para recuperá-lo da forma mais sustentável possível", salienta.

Por outro lado, Almeida cita uma iniciativa que, segundo ele, poderia garantir resultados imediatos e proporcionar a retomada de fôlego inicial que o segmento precisa. Trata-se dos casos envolvendo o reparo de embarcações construídas no país, financiadas pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM) ou adquiridas com dinheiro proveniente da entidade, mas que muitas vezes são levadas para serem restauradas no exterior. "Esses navios deveriam ser proibidos de fazerem reparações no exterior. Se o Brasil pagou a construção ou a aquisição dessas embarcações, nada mais justo que os recursos utilizados para os reparos sejam revertidos para o próprio país", destaca. Campos, por sua vez, ressalta que a melhor alternativa neste momento é diversificar a atuação da indústria naval o máximo possível e migrar para outros segmentos. "Como comentei, o mercado de manutenção e reparos sozinho não tem a força necessária para reerguer o setor, mas se o explorarmos em conjunto com outros segmentos de atuação, como o mercado de iates, o de transporte fluvial e o segmento militar, podemos reaquecê-lo", finaliza.

O FUTURO É CONSTRUÍDO COM DADOS

Independentemente da localização, tamanho ou segmento de seu negócio, nós temos a solução. Nós cuidamos de nossos clientes de forma única.
Visite nosso site: aon.com/brasil

Risk. Reinsurance. Human Resources.

AON
Empower Results®

CASA DA CRIAÇÃO

Prevenção é o caminho da longevidade com autonomia.

- Conheça os fatores de risco para a sua saúde
- Check-up médico, sua segurança empresarial
- Resultados em 24 horas úteis
- Todos os exames em um mesmo lugar, em apenas 5 horas
- Ambientes modernos, longe de grandes centros de diagnósticos e de hospitais
- De manhã e à tarde, nas 2 unidades, de segunda a sábado

O MELHOR PARA SUA SAÚDE. FAÇA SEU CHECK-UP.

Diretor técnico: Dr. Gilberto Ururahy – CREMERJ: 52.33496-3

CCFB VISA AMERICAN EXPRESS Google play App Store

MED·RIO CHECK-UP

25 ANOS. 100 MIL CHECK-UPS. SEMPRE À FRENTE

BOTAFOGO | Tel.: 2546-3000 • BARRA | Tel.: 3252-3000 | agenda@medrio.com.br | www.medrio.com.br